

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

**Histórias de ambulantes e camelôs: Experiências de
trabalhar nas ruas e praças da cidade.
Uberlândia-MG 1990-2007**

Ayra Cristina Menezes de Oliveira

**Uberlândia-MG
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

**Histórias de ambulantes e camelôs: Experiências de
trabalhar nas ruas e praças da cidade.
Uberlândia-MG 1990-2007**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Prof^a Dra: Célia Rocha Calvo.

Ayra Cristina Menezes de Oliveira

Uberlândia-MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

AYRA CRISTINA MENEZES DE OLIVEIRA

HISTÓRIAS DE AMBULANTES E CAMELÔS: EXPERIÊNCIAS DE
TRABALHAR NAS RUAS E PRAÇAS DA CIDADE.
UBERLÂNDIA – MG 1900-2007

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Célia Rocha Calvo (orientadora/UFU)

Profª. Ms. Juliana Lemes Inácio (UFU)

Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes (UFU)

Agradecimentos

Quero agradecer primeiramente a Deus que me deu forças. Agradeço imensamente a professora Célia, que contribuiu grandemente em minha pesquisa me apontando caminhos. Agradeço também o apoio da professora Juliana que me ajudou a corrigir a ortografia, gramática e erros de digitação. Assim também como agradeço a banca examinadora Dr. Sérgio Paulo e a MS. Juliana Lemes, por terem aceitado o nosso convite em participar da banca. Quero agradecer a minha patroa e amiga Viviane por todas as folgas de trabalho que ela me deu para serem dedicadas a feitura desse trabalho. E também ao meu marido pela paciência.

Resumo

Essa pesquisa teve como objetivo, analisar e refletir sobre a vida e o trabalho dos ambulantes e camelôs na cidade de Uberlândia. Procurei fazer a pesquisa pensando a respeito dos significados do trabalho para essas pessoas. Para isso utilizei como fonte principal, o depoimento oral desses trabalhadores, realizados através de entrevistas que foram feitas no ano de 2007.

Partindo do pressuposto que são trabalhadores e tem viveres e experiências a serem compartilhadas que demonstram uma tensão vivida por eles na cidade. Tensão essa que tentei refletir durante a pesquisa como sendo um desdobramento das disputas pelo espaço público que ocorrem no interior da cidade, vivenciadas dia-a-dia por tais trabalhadores e o poder público municipal, num contexto de dominação e opressão.

Refletindo sobre as modificações na vida e no trabalho dos trabalhadores camelôs e ambulantes que utilizavam para seus trabalhos as ruas e praças da cidade, e perderam o direito de utilizar esse espaço público para suas atividades de trabalho. Numa intervenção feita pela Prefeitura de Uberlândia normatizando os espaços da cidade, ou seja, proibindo o trabalho nesses espaços, e criando um lugar específico para eles, chamado camelódromo, no ano de 1995.

Essa intervenção modificou diretamente a vida desses trabalhadores, pois retirou deles mais do que o local de trabalho, retirou também sua identificação com o trabalho e a cidade. E alguns desses trabalhadores unidos pelo sentimento de pertencimento, pelo qual os trabalhadores se sentem pertencentes às ruas e praças da cidade, resistem à opressão feita pela Prefeitura, e burlam a lei e continuam trabalhando no espaço público.

Esse trabalho tem o objetivo também de retirar a idéia do não- trabalho, como um pré-conceito a esses trabalhadores de uma sociedade burguesa a qual pertencemos. Estar trabalhando na rua representa uma escolha no campo de possibilidades que a sociedade disponibiliza a esses trabalhadores.

Sumário

Introdução.....	6
Capitulo I (Trabalhadores nas ruas: Trajetórias escolhas e significados).....	18
Capitulo II (Das ruas para os camelódromos: dilemas e conflitos).....	57
Considerações finais.....	81
Fontes.....	82
Bibliografia.....	84

.

Introdução

Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre questões da cidade de Uberlândia, cidade essa que não é feita de asfalto e cimento, mas sim feita de fazeres e de viveres das pessoas que vivem nela. Refletindo sobre questões da sociedade na qual estamos incluídos porque trabalhar com história não é somente estudar o passado, mas sim buscar no passado elementos que possam explicar o presente, história é também estudar o social, a luta de classes, os conflitos e as tensões existentes na sociedade.

Senti a necessidade de buscar trabalhar um tema/problema próximo do meu cotidiano, em minha cidade, longe da história oficial, buscando entender como esses conceitos “o social”, “tensões” e “luta de classes” podem ser verificados bem próximos de nós. Acredito que a História escrita deve ser feita, não para ficar presa dentro dos muros da Universidade, mas para atingir a sociedade como um todo, estudando as lutas diárias de trabalhadores para influirmos diretamente na sociedade do presente.

Partindo desse pressuposto, pesquisei a vida dos trabalhadores nas ruas, chamados de camelôs e ambulantes na cidade de Uberlândia, com o objetivo de compreender como eles elaboram e narram suas experiências de trabalho. Eles são trabalhadores que tem suas peculiaridades, não estão no chamado “setor formal de empregos” onde os trabalhadores têm um patrão, uma hierarquia e uma disciplina a ser seguida, possuem carteira assinada e estão inseridos no sistema de Previdência Social. Mas nem por isso deixam de ser trabalhadores. Estão nas ruas ou camelódromos porque não encontraram possibilidades melhores na vida, e vêem essas práticas de trabalho como uma maneira de sobreviver nesta sociedade.

Déa Fenelon, no artigo “o historiador e a cultura popular” embasa o meu estudo histórico no problema social do hoje, pois, segundo ela:

*“Precisamos fundar um conceito sobre este presente e este agora, pois é com ele que vamos preencher o tempo histórico, sempre assumindo o campo imenso de possibilidades que ele apresenta para os “fazedores de história” em todos os níveis e concepções”*¹

Para Déa Fenelon a história deve tratar do social para não se distanciar da população, correndo o risco de ficarmos falando sempre para nós mesmos. É importante

¹ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular. *História & perspectivas*, n.6, Uberlândia, Jan/Jun1992, p.6.

nos atentar ao passado em relação ao o presente, partindo do presente para percebermos as mudanças.

*“Outra vez essa idéia bastante rica para nós historiadores de que o nosso objeto é a transformação, a mudança, o movimento, o interesse em saber como e porque as coisas aconteceram, principalmente para descobrir o significado e a direção da mudança”*²

Dentro dessa história social temos que nos atentar para a história “feita por baixo”, o cotidiano, a cultura e as formas de resistência das classes menos favorecidas, deixando de lado a história “feita por cima” que as elites e os governantes fazem, para preservar a memória. Nesse sentido Yara Aun Khoury escreve *“que interessa ao investigador as lutas reais, não só as que se expressam sob formas organizadas, mas também as “formas surdas” de resistência, estratégias ocultas de subordinação e controle”*³, dando voz aos sujeitos “calados pela história”. É nesse sentido que se torna importante a história local, não como algo isolado do todo, mas como a explicitação das grandes disputas sociais, pensando que a luta de classes e suas tensões se explicitam dentro dos espaços da cidade.

Dentro da história local, a evidência oral se torna muito importante, pois pode cobrir algumas lacunas dos documentos escritos, porque traz á tona relações de disputa que não são explicitadas em documentos. A esse respeito Raphael Samuel escreve:

*“A evidência oral pode também ser crucial para a compreensão do pano de fundo. Ela pode nos dar contextos novos que os documentos, por si mesmos, apesar de muito trabalhados, não fornecem. (...) O valor dos testemunhos depende do que o historiador lhes traz, assim como aquilo que ele leva, da precisão das perguntas e do contexto mais extenso de conhecimento e entendimento do qual elas derivam. O relato vivo do passado deve ser tratado com respeito, mas também com crítica, como o morto.”*⁴

As fontes escritas e orais devem complementar uma à outra, trabalhando juntas. A história oral se torna importante para o meu tema de pesquisa, que envolve camelôs e ambulantes na cidade de Uberlândia, porque ela me permite ter o privilégio de dialogar com fontes vivas, que são os próprios trabalhadores da cidade.

Alem disso, a evidencia oral nos dá contextos que os documentos escritos não dão. As fontes orais também permitem perceber o que perpassa no imaginário das

² FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular. *História & perspectivas*, n.6, Uberlândia, Jan/Jun1992, p.10.

³ KHOURY, Yara Maria Aun et al.: *A pesquisa em história*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 10.

⁴ SAMUEL, Raphael. Documentação: História local e História oral. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, São Paulo, set 89/fev 90, p. 231-239.

pessoas, como elas compreendem e interpretam seu cotidiano. Nos testemunhos temos acesso a uma visão parcial guardada no espaço da memória, mas além dos fatos relatados percebemos:

*“A subjetividade do entrevistado, sua própria capacidade de ver, interpretar, influir na história. (...) os fatos importantes são os que se desenvolvem dentro da consciência: não são os fatos vistos, mas o processo de visão, interpretação e, em consequência, de mudança.”*⁵

Para estudar o social, a vida de trabalhadores nas ruas de Uberlândia, a fonte oral é importante porque revela não só o que queremos escutar, mas nos atenta para um campo imenso de significados e sentimentos.

*“Se estamos falando de examinar a experiência social dos trabalhadores em todos os seus ângulos de existência e de vida, para além de apenas examinar seu movimento e organizações ou associações políticas, isto significa querer examinar todo o seu modo de vida no campo das transformações e mudanças que, cotidianamente, experimentam os trabalhadores em todos os aspectos do viver a dominação burguesa e capitalista. Não apenas as condições e padrões de existência material na moradia, na fábrica, no lazer, na alimentação, na religiosidade, etc. Mas também no campo dos sentimentos e dos valores, para perceber a intensidade com que muitas destas noções e valores são expropriados no dia-a-dia da dominação, a resistência oferecida neste processo e a necessidade de reconstruir e reinventar a cultura a partir de sentimentos de perda de padrões antes estabelecidos.”*⁶

Camelôs e ambulantes na cidade de Uberlândia é um tema da história social, feita por baixo, local, onde prevalece a evidência oral. As leituras mencionadas foram muito importantes na compreensão do meu tema enquanto um problema, orientando-me sobre como proceder na pesquisa histórica.

Para realizar minha pesquisa procurei entrevistar trabalhadores diferentes, de locais diferentes e de faixa etária diferentes. Entrevistei duas senhoras no camelódromo improvisado com barracas atrás do terminal central: A Dona Rita de 52 anos e a Dona Maria Marlene de 38 anos. Depois no Camelódromo Municipal entrevistei o senhor Jeová de 35 anos e o senhor Divino Justino de 78 anos. No Camelódromo Central entrevistei o senhor Lordegledévan de 39 anos, e na rua entrevistei a dona Nita de 57 anos, o senhor Amâncio de 79 anos, o senhor Roberlânio de 39 anos, o senhor Raimundo Neto de 25 anos, a dona Rosangela de 47 anos e o senhor Carlos de 47 anos.

⁵ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os Fatos: narração e interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. *Tempo, Revista do departamento de História da UFF*, v.1, n.2, Rio de Janeiro, Dez1996, p. 62-66.

⁶ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular. *História & perspectivas*, n.6, Uberlândia, Jan/Jun1992, p. 18.

Com essa diversidade tentei entender o motivo pelo qual foram trabalhar na rua, com o objetivo de não tecer generalizações.

Andando pela cidade de Uberlândia, entrevistando essas pessoas, pude constatar que essa categoria de trabalhadores não é uma categoria homogênea, dentro da cidade existem várias maneiras de organização do trabalho. A memória desses trabalhadores remonta a antigos locais onde trabalharam e á organizações dentro da cidade que são distintas da que verificamos hoje.

Um exemplo disso é o senhor Divino Justino que hoje trabalha no Camelódromo Municipal Odelmo Leão Carneiro. Ele é natural de São João B. da Glória em Minas Gerais, e mora no bairro Luizote de Freitas I, tem 78 anos e trabalha como camelô desde 1968. Atualmente vende importados, armarinhos, já trabalhou em todas as praças de Uberlândia e agora se fixou no camelódromo, e nos conta de suas várias experiências nos vários locais públicos onde ele trabalhou:

“Quando eu comecei trabalha, a prefeitura liberou a praça Dr. Duarte né, lá perto da Praça Clarimundo Carneiro, aí nos trabalhou, eu mais meus colegas trabalhamos um tempo ali, depois a prefeitura liberou pra nós a Praça Tubal Vilela, trabalhamos uns tempo, aí a prefeitura transferiu agente lá pra Praça Sergio Pacheco, e da Praça Sergio Pacheco a Prefeitura transferiu agente pra aqui.”⁷

No discurso de Divino Justino percebemos a constante interferência da Prefeitura Municipal de Uberlândia, normatizando os espaços onde esses trabalhadores podem trabalhar. Ao longo dos 40 anos em que o senhor Divino é camelô, muitas mudanças foram feitas na cidade, determinando os lugares que “cabiam” esses trabalhadores e em 1995 surgiu um novo elemento na vida deles: a construção do Camelódromo Municipal (local específico para o trabalho dos camelôs), e a proibição definitiva deles utilizarem o espaço público para suas práticas de trabalho.

Esse fato interferiu e modificou a vida de todos os trabalhadores na cidade de Uberlândia. Como esse espaço criado não conseguia agregar todos os trabalhadores que utilizavam o espaço público essa interferência criou uma dicotomia: trabalhadores das ruas e dos camelódromos, uma vez que depois dessa regulamentação foram criados também camelódromos privados, e, recentemente, mais um camelódromo improvisado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, chamado Camelódromo João Naves de Ávila.

Assim refletir sobre a vida desses trabalhadores se tornou algo mais complexo. Além do trabalhador que está na rua com todos os seus significados, dilemas e tensões,

⁷ Nessa narrativa Divino Justino se refere quando fala “aqui” aonde ele trabalha atualmente que é o Camelódromo Municipal, criado pela prefeitura em 1995.

existem também aqueles que estão normatizados com outros significados, dilemas e tensões, polarizando uma mesma categoria de trabalhadores. Isso deve ser levado em conta, por esse motivo entrevistei trabalhadores que se encontram em todos esses lugares ruas e praças, camelódromos da PMU e camelódromos privados, interessada em pensar que apesar da dicotomia que os separa, existem laços que os unem, dentro de uma mesma situação, suas praticas de trabalho continuam sendo iguais.

Stuart Hall⁸ em seu trabalho “A identidade cultural na pós-modernidade” fala que o sujeito cultural está se fragmentando, segundo ele as identidades modernas estão entrando em colapso, um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do séc. XX o que está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Desse modo o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

A leitura desse texto me fez perceber que além da singularidade do sujeito dentro de uma categoria, eles não têm uma identidade única e fechada. Dentro de uma categoria existe um jogo de identidades. Stuart Hall dá um exemplo do julgamento do juiz Tomas, acusado de assédio sexual por uma mulher negra, Anita Hill, ex-colega de Tomas. As audiências causaram escândalo público e polarizaram a sociedade americana. Alguns homens negros apoiaram Tomas baseado na questão da raça, outros se opuseram pela questão sexual, as mulheres negras estavam divididas dependendo de qual identidade prevalecia: sua identidade como negra ou sua identidade como mulher. Os homens brancos estavam divididos pela sua política e como eles se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo.

*“Nenhuma identidade singular – por exemplo, de classe social – podia alinhar todas as diferentes identidades com uma “identidade mestra”, única e abrangente, na qual se pudesse, de forma segura, basear uma política. As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas.”*⁹

No diálogo com minhas fontes estou refletindo esse sentido de alternância de identidade trabalhado por Hall. Nas minhas entrevistas com os camelôs em Uberlândia

⁸ HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 4ª edição, 2000.

⁹ Idem, p. 20-21.

percebi que conforme quem pergunta e como pergunta os trabalhadores assumem uma postura e, em outros momentos, podem assumir outra, dependendo da sua identidade que prevalece. Porque o próprio discurso deles quando conversam comigo às vezes é contraditório.

Refletir sobre a vida, o imaginário e os conflitos específicos desses trabalhadores, me interessou primeiramente porque eu tenho um vínculo pessoal com este tema. Venho de uma família de camelôs, e eu participei conflitos e, estando dentro desse meio, percebi que existem muitos dilemas dentro do “trabalhar na rua”. Notei desde criança um preconceito dos outros para com esses trabalhadores no sentido de que o que eles fazem não é trabalho, como se fosse uma “maneira de ganhar a vida sem trabalhar”, e, no entanto eles são trabalhadores com organização e responsabilidades, assim como aqueles que atuam em outros setores, trabalham nas ruas e praças, mas as ruas e praças segundo a normatização não são lugares que os agregam.

Em segundo lugar me interessa refletir sobre este tema porque eu vivo nesta cidade, sou cidadã e me interesso pelas problemáticas desse espaço. É dentro da cidade que se explicitam os conflitos sociais, pois os espaços da cidade são fronteiras antagônicas que separam práticas sociais e visões de mundo. Segundo Arantes¹⁰ o espaço urbano da cidade é um espaço cordialmente trilhado, um espaço onde são construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou numa palavra ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações.

Desse modo os espaços físicos da cidade se tornam significações e lembranças compartilhadas que se transformam em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de “pertencimento”. Arantes escreve observando a cidade de São Paulo, refletindo sobre o espaço da cidade como um lugar de antagonismos. A Praça da Sé é para ele um marco onde, além de cenário próprio para solenidades, é um cenário híbrido onde se encontram a polícia militar vigiando, crianças e adolescentes abandonados, vendedores de alimentos, ao cair da tarde michês e ao amanhecer idosos. Desse modo, ele toma a cidade de São Paulo como um agregado de tensões e conflitos que se espacializam num amálgama de múltiplos territórios (ou lugares). A análise feita por Arantes na cidade de São Paulo, também

¹⁰ ARANTES, Antonio A. Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público, São Paulo: Editora de Unicamp, 2000, p.106.

pode ser feita na cidade de Uberlândia, onde o seu centro é um local de múltiplas relações.

Busco entender como esses sujeitos se organizam na cidade e, ao mesmo tempo, lutam pelo direito de pertencer a ela, em quais locais trabalham, ruas, becos, praças e camelódromos e, porque escolhem tais lugares. Sobretudo procuro entender, o que faz esses trabalhadores se sentirem no direito de utilizar o espaço público, mesmo quando são proibidos.

Quero compreender como a história está presente nos significados, e na vida desses sujeitos, qual é o sentido de cidadania para eles, como eles entendem a sua existência e suas práticas de trabalho.

A leitura de Maria Célia Paoli¹¹, me fez refletir a esse respeito. Segundo ela a História “dos vencidos” longe da história oficial, deve ser trabalhada pelos historiadores para dar voz há memória popular. Para Paoli a memória depende da cidadania, a esse respeito ela diz o seguinte:

“A construção de um outro horizonte historiográfico se apóia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo.”¹²

A compreensão dessas questões acima depende do entendimento de outras: quem são essas pessoas, quais são as suas trajetórias, onde trabalham e como se tornam agentes sociais. Essas questões são percebidas no decorrer da narrativa desses trabalhadores, compondo suas memórias e nos remetendo ao modo como elas constroem os espaços centrais da cidade, organizando suas práticas de trabalho. Nessas ações, eles explicitam as estratégias criadas em meio a disputas pela cidade junto aos poderes públicos e aos outros moradores, passando pela questão de como esses “outros” moradores interpretam a prática deles. Tento entender o que significa trabalhar na rua, quais são as dificuldades e quais são as necessidades que os levaram a escolher essas práticas de trabalho.

A cidade de Uberlândia tem muitas questões para serem tratadas, são vários setores da população que precisam de atenção e cuidados, mas são poucos os que

¹¹ PAOLI, Maria Célia. *Memória, História e cidadania: O direito ao passado*, Departamento do patrimônio Histórico: São Paulo, 1992.

¹² Idem, p. 27.

ganham visibilidade por parte dos governantes no sentido de gerar melhorias para a população. E essa questão dos trabalhadores das/nas ruas me chamou atenção porque esses trabalhadores ganharam visibilidade “às avessas”. Tais trabalhadores são taxados de “baderneiros” que deterioram o espaço público. Sendo assim as providências que os governantes tomam a esse respeito é expulsar os trabalhadores do espaço público, ao invés de tratar da questão social (as discrepâncias do sistema capitalista) que os leva a trabalhar nas ruas, fazendo prevalecer o discurso pejorativo de que os camelôs e ambulantes enfeiam a cidade. Desse modo, a memória coletiva a respeito desse problema social é manipulada, porque ninguém pensa nas causas que levaram esses trabalhadores para as ruas, mas sim que eles precisam sair desse lugar.

Essa “visibilidade às avessas” é percebida na narrativa dos próprios trabalhadores quando falam das dificuldades e preconceitos que eles enfrentam ao trabalhar na rua. O jornal reforça também esse pensamento. Veja a manchete do Jornal Correio do Triângulo¹³ do dia 21 de dezembro de 1994: “*Invasão – camelôs tomam a calçada: pedestres sem lugar*”, com foto dizendo “*camelôs avançam sobre a avenida Afonso Pena*”. Essa reportagem diz que as pessoas reclamam do pouco espaço e do tumulto de pessoas, vendedores e automóveis, esse é um exemplo nítido da visão negativa que tem esses trabalhadores. Até mesmo dentro da academia encontramos trabalhos com esse pejo em cima desses sujeitos, pude verificar isso na leitura de uma dissertação de mestrado na Geografia de Fábio Luiz Bertolucce¹⁴, que discute planejamento urbano, tomando como ênfase o trabalho dos camelôs e ambulantes, que atuam no centro de Uberlândia realizando uma degradação do espaço.

Quando eu pensei em realizar esse trabalho sobre os viveres dos camelôs e vendedores ambulantes na cidade de Uberlândia parti de pressupostos que tinha anteriormente, obtido das minhas experiências pessoais com esse grupo de trabalhadores. Possuía uma idéia formada que foi reconstruída na medida em que eu fui conversando com eles.

Eu tinha a idéia de que quem escolhe esse tipo de vida é porque não teve outra oportunidade, ou seja, por causa da falta de escolaridade ou até mesmo a idade avançada, sugerindo que após os 40 anos que não se consegue emprego assalariado. Essa visão me prejudicou no início da pesquisa, porque existia em mim o mesmo pré-

¹³ Nº 16,796

¹⁴ BERTOLUCCE, Fábio L. “Da cocada ao tênis Nike: Um breve perfil da informalidade no núcleo central da cidade de Uberlândia – MG”, Uberlândia, 2005.

conceito construído pela sociedade burguesa. Isso provocou um abismo entre eu e os meus entrevistados, porque pra mim que estava na rua e não estava trabalhando, o trabalho deles foi visto com um sentido burguês de produção, como se eles estivessem nas ruas porque não existe um lugar que eles possam vender o mesmo tanto que eles vendem lá, com a idéia de que a rua não é um lugar dessas vivências de trabalho. Mas, percebi que não é só isso, fui aos poucos entendendo que a dinâmica dessas pessoas é muito mais complexa.

Da primeira vez que eu saí para entrevistar esses trabalhadores eu tinha um roteiro de perguntas muito superficiais, e focando principalmente na questão do trabalho, quantos anos têm, há quanto tempo é camelô e porque optou por essa estratégia de trabalho, entre outras. Chegar às respostas dessas questões foi muito difícil, principalmente porque os camelôs e ambulantes, a primeira vista, não aceitam falar sobre a vida e o trabalho deles, às vezes por não querer perder tempo, ou às vezes por medo de estarem frente a uma pessoa ligada ao poder público municipal que poderia prejudicá-los, uma vez que estar na rua é proibido e eles estão burlando a lei numa tensão permanente.

Enquanto pesquisadora confrontei-me com essas dificuldades nesse trabalho. Pouquíssimos trabalhadores se dispuseram a falar, sempre com respostas do tipo “*não, entrevista o fulano, ele trabalha aqui a mais tempo*” ou “*não, eu não vou saber responder as suas perguntas*”.

Mas, percebi que essa resistência por parte deles era uma resistência legítima, justamente porque a desconfiança que eles tinham com relação a mim existia por causa do meu “pré-conceito”, e somente quando eu fui esclarecendo a eles a natureza de minhas perguntas, ou seja, porque eu estava querendo investigar os saberes que eles têm sobre si mesmos, sobre o modo como vivem nas condições de classe trabalhadora, que o “pré-conceito” foi sendo desconstruído.

Isso ocorreu primeiramente comigo que fui compreendendo a dinâmica da vida deles na cidade e a maneira como a cidade formal é instituída pelos poderes dominantes. Pude compreender ainda como essa cidade instituída vê as praticas desses trabalhadores na rua, como ela é apenas um lugar de circulação de mercadorias e fluxo de gente que compra, anda, etc. Mas e para esses trabalhadores o conceito de cidade muda.

Frente a essa dificuldade inicial e a desconstrução do meu “pré-conceito” eu percebi que deveria agir de outra maneira, tentando esclarecer para mim e para eles a natureza das minhas buscas, da minha investigação, do meu posicionamento enquanto

pesquisadora – historiadora. Falei do meu vínculo familiar com esses trabalhadores e, pouco a pouco fui conseguindo uma empatia. É o que o Portelli ¹⁵ fala de criar uma igualdade na diferença, pois, segundo ele “*não há diálogo quando não há igualdade*”, essa empatia ou “igualdade” não foi construída porque eu vim de família de camelôs, mas porque demonstrei respeito por seus saberes e a minha vontade de querer compreender como eles se requerem cidadãos, agentes que vivem e disputam os espaços da cidade, o reconhecimento de que eles estão ali, não porque são desocupados, mas antes de tudo porque são trabalhadores.

Desse modo a igualdade se encontra quando eu quero compreender os saberes construídos e as estratégias deles, e eles querem que eu saiba, sobre como eles vivem, para que a minha pesquisa e o meu texto possam demonstrar isso para os leitores dessas histórias, e para que eles saibam as razões e significados do porquê eles vivem desta maneira e não de outra.

Dentro dessas descobertas percebi também que eu estava fazendo as perguntas erradas, e reelaborei minhas questões, para tentar chegar mais próximo da vida deles. Procurei saber quem são essas pessoas, como é a vida delas, como elas entendem seu trabalho, qual é o significado desse tipo de trabalho para essas pessoas, quais são as dificuldades encontradas, e qual é a relação delas dentro dessas práticas de trabalho. Como os seus valores são expropriados no dia a dia da dominação? Quais são esses valores? Como a resistência oferecida neste processo é inventada? Qual cultura estes trabalhadores reinventam para permanecer nas ruas e nos espaços da cidade?

Ao reelaborar minhas questões percorri um imenso caminho de reflexão sobre os conceitos que eu possuía *a priori* e percebi que uma categoria social não pode ser pressuposta, da maneira como eu havia pensado quando parti para as entrevistas. Eu acreditava que iria conversar com um grupo de trabalhadores que enfrentam dificuldades ao trabalhar na rua, e percebi que tudo deve ser traduzido em evidências, as diferenças ocupacionais e as trajetórias de vidas individuais. Entendi ainda que eu devia desviar a minha preocupação do trabalho em si e do local que é feito (características físicas do espaço e as dificuldades de trabalhar nesse local) para as pessoas que o realizam, para as suas relações com o trabalho e com os outros a sua volta, ou seja, como eles próprios elaboram, significam e entendem suas práticas de trabalho. Pois

¹⁵ PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: Desafios da história oral para a ideologia do século XXI. p. 70.

mesmo pertencendo a uma categoria de trabalho, cada um terá uma ideologia e uma visão de mundo diferente, assim como também suas experiências são diferentes.

Tentei compreender ao máximo essas complexas relações sociais que envolvem o cotidiano desses trabalhadores, como se organizam e se significam dentro da sociedade.

Trabalhar com fonte oral é, sobretudo, perceber o ambiente, de qual se fala, ou seja, ouvir além das palavras, perceber o que está nas entrelinhas e no não dito. O fato dos trabalhadores, camelôs e ambulantes inicialmente não querer falar sobre seus viveres indica um problema. Porque essa dificuldade de se abrir? Pode ser por causa do modo como esses trabalhadores são tratados, o modo como eles são vistos pelos outros, o preconceito dos outros (que não trabalham nas ruas) sobre eles. É uma tensão que faz parte do trabalhar na rua.

Frente às questões que tenho este trabalho dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo busco explicar como se deu esse processo de reelaborar as perguntas para tentar entrar no mundo desses trabalhadores e entender essa contraditória dinâmica de estar na rua. Trabalho especificamente com os trabalhadores das ruas, quem são eles, quais são suas trajetórias, como se organizam no espaço público, ruas e praças. Ou seja, onde trabalham, e como são vistos pelos “outros”, isso desde quando era permitido trabalhar na rua, até os dias atuais.

Esses trabalhadores se encontram “ilegais” porque foram proibidos de utilizar o espaço público e, no entanto burlam a lei em busca de um espaço para trabalhar e se sustentar, vivem uma situação conflituosa com os fiscais da PMU, que circulam pelo espaço público todos os dias, expulsando-os do e apreendendo suas mercadorias.

Mas ao mesmo tempo preferem ficar nas ruas e batalhar pelo seu pão de baixo da tensão “dos fiscais”, do que se submeter às normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, que “limpar” a cidade e retiram dos camelôs e ambulantes cerca de 40% do poder de venda colocando-os nos camelódromos municipais. E esses trabalhadores que não aceitam as imposições da PMU, resistem e lutam pelo direito de trabalhar no espaço público da cidade, pelo seu direito à cidadania, mesmo com as tensões diárias mais visíveis, tendo que fugir da fiscalização, sem nenhum tipo de conforto, e sofrendo com a discriminação.

No segundo capítulo trabalho com a criação do camelódromo, como foi a retirada desses trabalhadores do espaço público, e como a imprensa aparece nesse contexto. A dicotomia camelódromo e rua, focalizando as diferenças de trabalhar no

camelódromo e na rua, em relação ao público e às vendas. Também investigo a relação com as autoridades legais, os motivos pelos quais alguns trabalhadores resistem em trabalhar no camelódromo e lutam pelo direito de permanecer nas ruas. O que mudou na relação de trabalho na rua depois que foi proibido? O que mudou nas práticas de “organização” de “trabalho na rua” e, sobretudo, o preconceito que esses trabalhadores enfrentam pelas suas escolhas.

Capítulo I – Trabalhadores nas ruas: Trajetórias, escolhas e significados...

Andando pela cidade de Uberlândia, eu tentei perceber como é o seu centro, quem são as pessoas que estão nas ruas, quais as relações dessas pessoas que andam e passam pelas ruas e praças e, sobretudo, as relações das pessoas que trabalham nas ruas.

Constatei que o centro da cidade de Uberlândia possui uma dinâmica própria, é lugar de trânsito muito intenso, uma área comercial onde as lojas, bancos, lotéricas, lanchonetes e restaurantes e escolas se concentram. Lá se concentram também as pessoas que estão trabalhando nesses comércios, assim também como os outros trabalhadores da cidade que vão ao centro da cidade para fazerem compras ou pagar contas, etc.. E em meio a este emaranhado de pessoas, encontramos trabalhadores autônomos que estão organizados no centro da cidade, aproveitando o imenso fluxo de pessoas para vender suas diversas mercadorias.

Embora quando andamos pelo núcleo central de Uberlândia, tudo parece soar como uma “sinfonia harmônica”, como várias peças que se encaixam, há exemplos de pessoas que estão nas lojas vendendo e pessoas que estão em busca de coisas para comprar, outras que estão apenas passeando, aquelas que vão para a escola, e trabalhadores que estão na rua vendendo suas mercadorias. Mas quando comecei a conversar com tais trabalhadores que estão nas ruas, percebi que as relações das pessoas no centro da cidade podem ser tensas principalmente por parte desses trabalhadores ambulantes que ocupam o espaço público com suas práticas de trabalho, mas são proibidos de utilizarem tais espaços.

O centro da cidade compreende quatro avenidas principais: a Avenida João Pinheiro, a Avenida Afonso Pena, a Avenida Floriano Peixoto, e a Avenida Cesário Alvim, e vai da Rua Goiás à Rua dos Pereiras. Mas os trabalhadores das ruas reduzem esse espaço e utilizam como espaço de trabalho a rota que vai da Praça Tubal Vilela ao terminal central de Ônibus do Sistema Integrado de Transporte. Eles elegem as ruas de maior movimento como a Avenida Afonso Pena e a Avenida Floriano Peixoto, concentrando suas práticas de trabalho nestes espaços.

Mostro aqui uma foto¹⁶ do centro da cidade de Uberlândia retirada de cima, onde representei pontos vermelhos como sendo os espaços que se encontram vendedores ambulantes, e os traços pretos estão sinalizando a Avenida Afonso Pena e a Avenida Floriano Peixoto.



Foto 1: Vista aérea do centro de Uberlândia, 03/2004

Na cidade de Uberlândia temos hoje três camelódromos principais: o primeiro camelódromo a ser criado foi o Camelódromo Municipal na Avenida Floriano Peixoto que recebeu o nome de Odelmo Leão Carneiro¹⁷ através do decreto de lei nº 6.669 de 19

¹⁶ Foto retirada do site da Prefeitura Municipal de Uberlândia datada de março de 2004.

¹⁷ Nome que foi inserido no Guia Sei (lista telefônica por endereço), mas não se tem registro de quando o nome foi vinculado ao camelódromo, porque sua criação foi feita apenas com o nome Camelódromo

de maio de 1995, que proíbe os camelôs de utilizar áreas públicas. Este camelódromo encontra-se em um local de pouco movimento de pessoas, o que gerou uma insatisfação por parte dos trabalhadores.



Foto 2: Camelódromo Municipal - entrada principal, novembro de 2008. Acervo da Pesquisadora.

Depois foi criado pela iniciativa privada o Camelódromo Central na Avenida Afonso Pena, um local de grande movimento de pessoas, onde os camelôs pagam um preço alto de aluguel das lojinhas no seu interior, mostro aqui uma foto recente do local, a título de ilustração:

Municipal, que inclusive consta na sua fachada, e nem mesmo os trabalhadores do local sabem que o local possui esse nome, na Prefeitura também não souberam me informar.



Foto 3: A entrada do Camelódromo Central, novembro de 2008. Acervo da Pesquisadora.

Recentemente foi improvisado um camelódromo municipal na Avenida João Naves de Ávila nas costas do terminal central de ônibus, para alojar os camelôs que foram retirados da Praça Oswaldo Cruz a cerca de dois anos. Mostro, a título de ilustração, uma imagem recente desse local.



Foto 4: Imagem recente do camelódromo João Naves de Ávila, novembro de 2008. Acervo da Pesquisadora.

A Prefeitura Municipal de Uberlândia retira o direito da utilização do espaço público e, no entanto, não oferece uma alternativa viável de trabalho para essas pessoas. Então camelôs e ambulantes se vêem obrigados a escolher entre a legalidade dos camelódromos municipais, bem menos rentável, pagar para utilizar os camelódromos particulares, ou ainda resistir e usar o espaço público.

São muitos trabalhadores que se encontram nessas condições. Há aqueles que estão que estão no Camelódromo Municipal Odélmo Leão Carneiro, com certa comodidade porque não são perturbados pelos fiscais da prefeitura, tem suas lojinhas organizadas, mas enfrentam os problemas com a redução das vendas. Já os trabalhadores que se encontram no Camelódromo Central têm também a comodidade das lojinhas organizadas, tem um ótimo poder de venda, mas, pagam um preço alto para estarem ali dentro. E os trabalhadores que foram retirados da Praça Oswaldo Cruz, e alojados em barracas de lona nas costas do terminal central enfrentam tensões maiores ainda, pois o lugar é insalubre, não tem água disponível para eles, nem banheiro, não tem segurança, e não tem quase nenhuma possibilidade de venda.



Foto 5: A imagem do camelódromo que temos ao passar pela João Naves, novembro de 2008. Acervo da Pesquisadora.



Foto 6: Interior do camelódromo João Naves de Ávila, novembro de 2008. Acervo da Pesquisadora.



Foto 7: Muitos lugares vazios no camelódromo João Naves de Ávila, novembro de 2008. Acervo da Pesquisadora.

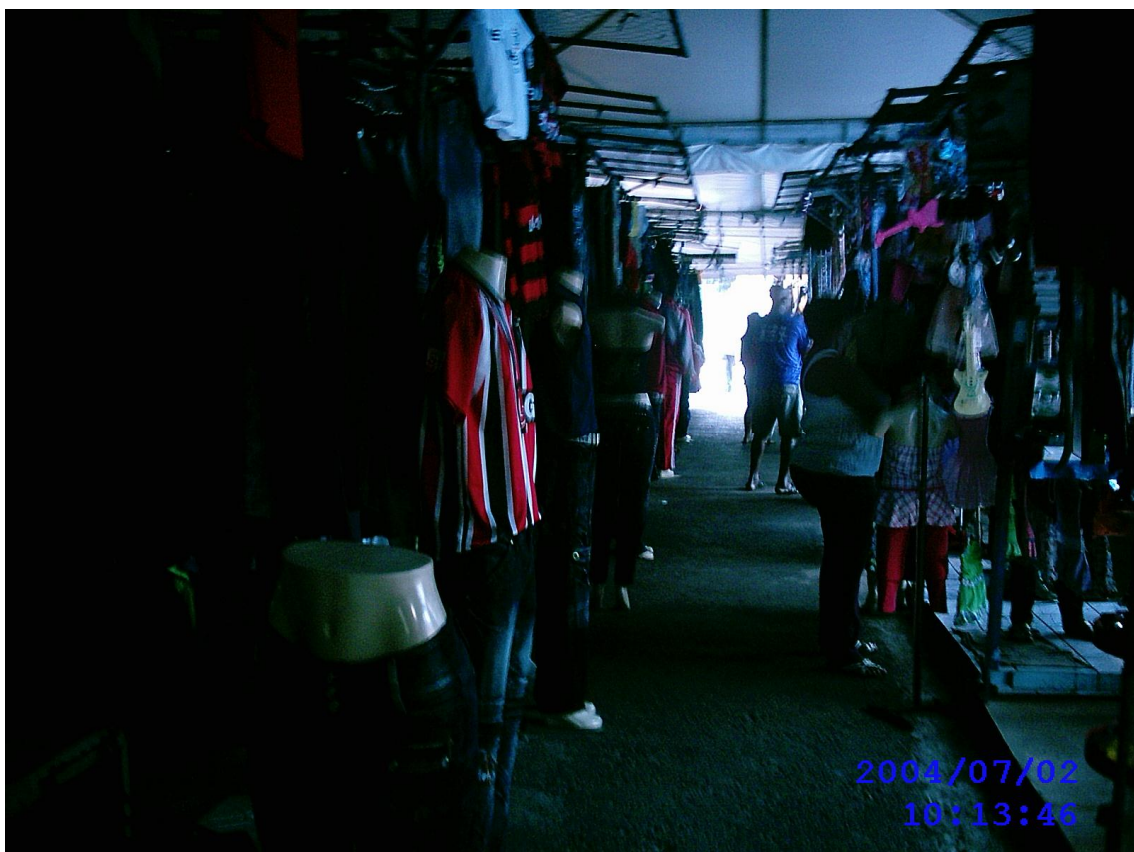


Foto 8: Em seu interior - local escuro e sem clientes, novembro 2008. Acervo da Pesquisadora

Essas imagens mostram o caráter de improviso pelo qual esse local foi feito pelo poder público de Uberlândia. Esse local foi oferecido pela prefeitura, mas sem nenhum investimento por parte dela, as barracas já eram dos trabalhadores, as tendas que cobrem o lugar foram compradas pelos próprios trabalhadores em busca de melhorar a aparência e o conforto do lugar de trabalho. Só em no mês de outubro de 2008 é que os trabalhadores conseguiram colocar uma placa de identificação no local, com o nome “camelódromo João Naves de Ávila”, com objetivo de dar maior visibilidade, porque esse lugar fica um pouco escondido, como mostra a Foto 5, na Avenida João Naves de Ávila só eram visíveis o topo das tendas e não tinha como identificar o local, com a placa pelo menos o local ganhou um aspecto diferente do improviso feito pela Prefeitura. No entanto, suas instalações continuam precárias, seu interior é escuro, abafado, e continua sem movimento, como mostra as fotos.

Além desses camelôs que tem ponto fixo nos camelódromos, os camelôs ambulantes que burlam a lei municipal e permanece nas ruas e praças são os que vão receber ênfase nesse capítulo.



Foto 9: Praça Tubal Vilela – Uberlândia- MG, setembro de 2005. Acervo de Fábio Luiz Bertoluci.

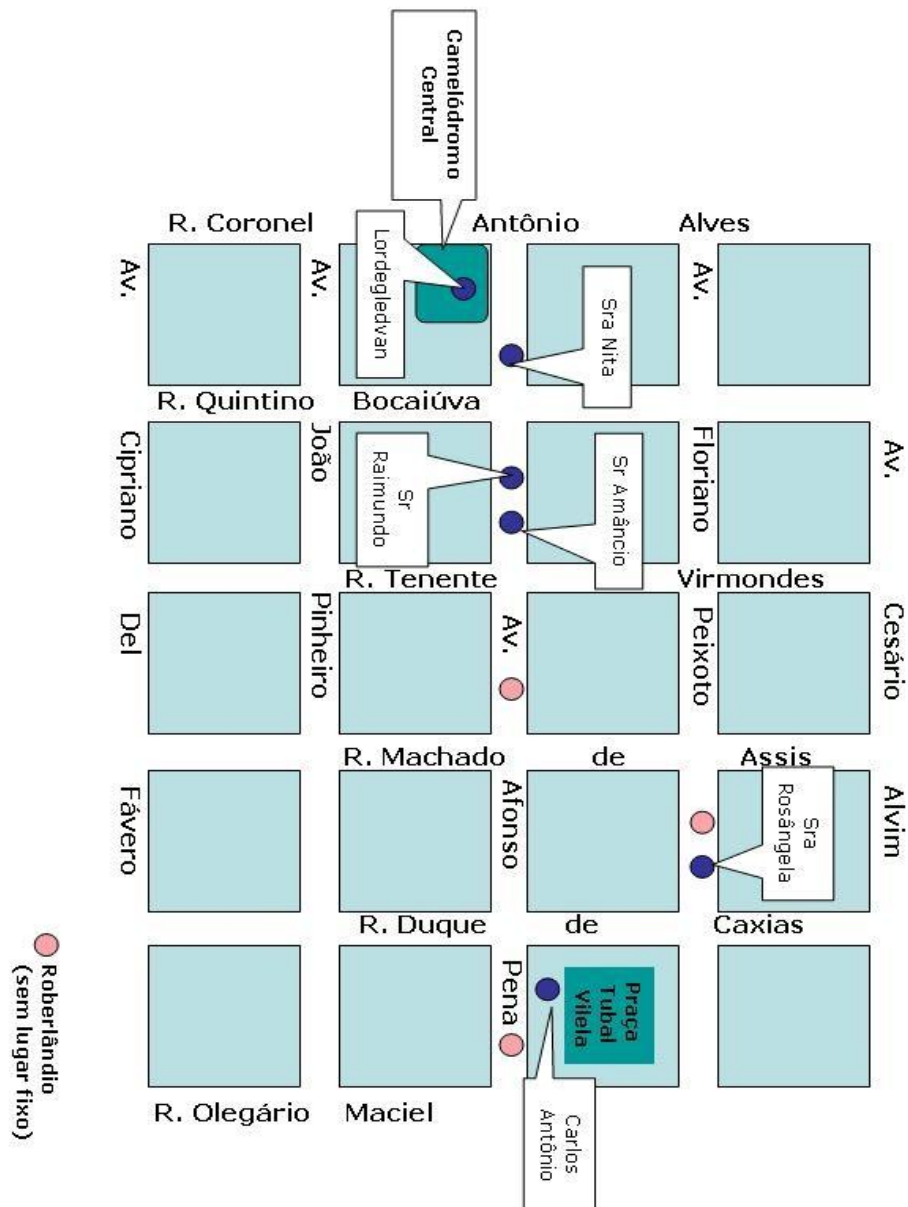


Foto 10: Av. Afonso Pena. – Uberlândia / MG, setembro de 2005. Acervo de Fábio Luiz Bertolucci



Foto 11: Praça Tubal Vilela – trabalhadores receosos com a fiscalização, novembro de 2008. Acervo da Pesquisadora.

Mostro aqui um mapa da área central de Uberlândia, onde esses trabalhadores se encontram trabalhando, e o meu percurso no centro da cidade para observar e conversar com tais trabalhadores.



De modo oficial são denominados camelôs aqueles vendedores que tem ponto fixo e legalizado, e os vendedores ambulantes são aqueles que não têm ponto fixo e nem uma mercadoria fixa, perambulam e se instalam em qual quer lugar da cidade variando a mercadoria.

Mas, a dinâmica desses trabalhadores não se organiza desse modo, eles se organizam no espaço da cidade de modo diverso a esse. Alguns ficam sempre em um determinado quarteirão como é o caso do seu Amâncio Martins da Silva vendedor ambulante de Uberlândia, ele tem 79 anos e vende, há oito anos, carteiras e cintos nas ruas, ou melhor, em um quarteirão específico na Avenida Afonso Pena, localizado entre as ruas Quintino Bocaiúva e Tenente Virmondes. O Sr. Amâncio mora no bairro Brasil, e não é natural aqui de Uberlândia, embora tenha vindo pra cá há 44 anos: *“aqui nesse quarteirão faz oito anos que eu vendo.”*¹⁸

Assim como ele muitos camelôs nas ruas se fixam em um determinado ponto, como um modo de organização do trabalho, para definir seu território entre os outros camelôs, e até mesmo para definir um ponto de referência para seus clientes. Ou seja, são trabalhadores que podem ser chamados de camelôs por ter se fixado em um determinado ponto do centro da cidade, não variam a mercadoria que vende. Mas, em contra partida, não cabem na denominação camelô porque seu ponto não é legalizado, e pelo único fato de estarem trabalhando na rua ilegalmente, mas também não podem ser chamados de vendedores ambulantes. E são vários os trabalhadores que se organizam assim.

A senhora Nita Rodrigues Dias de 57 anos é vendedora ambulante a mais ou menos oito anos, vende capinhas de controle remoto para TV e vídeo, na Avenida Afonso Pena entre as Ruas Coronel Antonio Alves e Quintino Bocaiúva. A Sra. Nita mora no Bairro Jardim patricia em Uberlândia, e é natural do norte de Minas.

A senhora Rosangela Batista, trabalhadora das ruas, tem 47 anos de idade e cinco anos que é vendedora ambulante de meias. Ela mora na Rua Mato Grosso, bem próximo do lugar que trabalha, na Avenida Floriano Peixoto entre as Ruas Duque de Caxias e a Machado de Assis.

O senhor Carlos Antônio da Silva, vendedor ambulante de 47 anos que trabalha nas ruas há dezoito anos e mora no bairro Jardim Brasília. Ele é natural de Uberlândia, e vende artesanato na Praça Tubal Vilela.

O senhor Raimundo Vieira de Souza Neto, conhecido como Neto é um vendedor ambulante de 25 anos. Ele é camelô desde os 15 anos e atualmente vende artigos de couro: cintos e carteiras, trabalha em Uberlândia há cinco anos. Ele é natural da Paraíba e aqui em Uberlândia mora no Bairro Martins, ele anda pela Avenida Afonso Pena, e

¹⁸ Amâncio Martins da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

quando se fixa, fica sempre na Avenida Afonso Pena entre as ruas Quintino Bocaiúva e Tenente Virmondes.

Quem são esses trabalhadores? Quais são os valores e sentimentos que eles compartilham? Essas são algumas perguntas pertinentes.

Existe entre eles um sentimento de coletividade. Mas, encontramos também diferenças, diferenças essas que começam pelo modo que esses mesmos trabalhadores se identificam. Eles se chamam de “camelô”, se reconhecem nessa denominação?

A palavra camelô vem do francês “camelot” que eram as pessoas que vendiam mercadorias de pouco valor, no português virou camelô. Mas essa expressão além de representar um grupo de trabalhadores, ela hoje é de fato imbuída de significados diversos.

Pude perceber que são muitos os trabalhadores que se auto intitulam como camelô, mas têm outros que não usam essa palavra ao se referir do seu trabalho. Geralmente os trabalhadores que se chamam de “camelô”, são aqueles que já trabalham há muito tempo vendendo nas ruas. Os que estão começando a trabalhar agora não se classificam dentro desse conceito, dessa denominação “camelô” justamente por toda a carga de significado e também preconceito que carrega essa palavra.

Maria Marlene, por exemplo, trabalha há mais de dois anos e já teve uma barraca na Praça Oswaldo Cruz, e agora está no Camelódromo João Naves de Ávila. Mas em sua narrativa ela não se reconhece como camelô. Rita também trabalha no mesmo camelódromo, mas quando a entrevistei tinha apenas dois meses que estava trabalhando ali, ela também não usa a palavra camelô para se identificar. Mas, o tempo de trabalho não é regra a dona Nita é vendedora ambulante nas ruas há mais ou menos oito anos, e na sua narrativa também não aparece o termo “camelô”.

Já o senhor Amâncio que tem o mesmo tempo de vendedor ambulante que a dona Nita, e na sua narrativa ele se chama de camelô. Isso apareceu quando eu lhe perguntei se tinha muito tempo que ele trabalha vendendo, e ele retomou minha pergunta da seguinte forma: “*De camelô aqui?*” Em contra partida Jeová¹⁹ tem pouco tempo que trabalha no Camelódromo Municipal, quando eu o entrevistei eram três meses, se refere como sendo camelô diz: “*acha que camelô, só porque é de camelo as coisas tem que ser tudo mais barato*”. O senhor Divino Justino, Roberlânio,

¹⁹ Jeová Gomes de 35 anos, entrevista realizada em maio de 2007.

Lordegledevan, Raimundo Neto, Rosangela e o Carlos, todos eles em suas narrativas se referem como “camelô”.

O tempo de trabalho não é um fator determinante para essa denominação, mas em alguns casos essa palavra “camelô” não se enquadrou nas narrativas, embora eles sempre se refiram a eles como um grupo, sem falar individualmente, mas sempre se referem “nós”, “a gente”. Isso porque a questão não está focada em quem se sente camelô ou não, está focada na condição de dominação e de opressão que eles vivem, e é isso que os tornam semelhantes.

Outra pergunta que me era recorrente é o que levou essas pessoas a trabalhar na rua? Ou que seja no camelódromo, quais questões os fizeram optar por esse tipo de trabalho?

Conversando com eles percebi que são na maioria migrantes que vieram para Uberlândia em busca da “grande oferta de empregos” e da “ótima qualidade de vida dos trabalhadores” que foi difundida em meados do século passado em propagandas como “Uberlândia é o melhor lugar pra se viver”. Só que Uberlândia criou um excedente de mão de obra não especializada, ocasionando o desemprego, e os que estão empregados estão com baixos salários. Assim essas pessoas que vieram para Uberlândia tiveram que construir alternativas de sobrevivência, e uma delas foi recorrer ao trabalho ambulante nas ruas.

O entrevistado Raimundo Vieira de Souza Neto foi um desses trabalhadores que vieram para Uberlândia iludido com essa expectativa, veio pra Uberlândia em busca de emprego “fichado”, mas se deparou com uma situação adversa: à falta de empregos e os baixos salários. Ele me disse:

*“dizem, quando eu vim pra cá o que falava de Uberlândia é que era muito bom de emprego, e eu queria sair do ramo de camelô de rua, pra trabalhar de ambulante, melhor dizendo queria sair de ambulante pra trabalhar como empregado, só que aqui o salário é mais baixo do que o estado de São Paulo aí então eu voltei novamente pra trabalhar na rua, porque eu achei assim melhor, ganha mais né, e não é tão humilhado como o trabalhador aqui em Uberlândia que ganha pouco”.*²⁰

Essa narrativa nos mostra o campo das escolhas, não é só o que levou o trabalhador para trabalhar nas ruas, além disso, estar na rua representa uma escolha, escolha que cada trabalhador enfrenta, mas, no entanto o campo de possibilidades que eles têm para escolher é pequeno, na realidade que tipo de oportunidade ele tem dentro da sociedade?

²⁰ Raimundo Vieira de Souza Neto, 25 anos, entrevista realizada em setembro de 2007.

Não só o Sr. Neto, mas todos os trabalhadores, quais são as reais oportunidades que a sociedade burguesa oferece para quem é trabalhador? É importante pensar nisso porque está diretamente ligado às estratégias de dominação e as resistências travadas diariamente por esses trabalhadores.

A trabalhadora Rosângela chama atenção para uma questão importante. Para ela é mais fácil morar próximo ao centro por não precisar gastar dinheiro com transporte. Quando eu lhe pergunto onde ela mora ela responde: *“Eu moro na Mato Grosso, aqui no centro, eu alugo um barraquinho ali, é mais perto do trabalho, quanto mais longe mais caro fica pra gente”*²¹. A maioria dos trabalhadores das ruas moram em bairros mais afastados do centro da cidade, os que pagam aluguel preferem morar próximo ao centro, pois assim economizam a passagem de ônibus. O trabalho autônomo ambulante é imprevisível, pode-se vender bem, ou pode-se não vender nada e o transporte é uma despesa que o trabalhador que mora em bairros afastados tem que arcar.

Rita dos Santos Alves tem 52 anos, trabalha como camelô há dois meses, no camelódromo recentemente improvisado pela Prefeitura, muito precário e insalubre, e reside no bairro Jardim América. Ela fala da dificuldade que tem em trabalhar como camelô nesse local: *“agente gasta viaja compra, e às vezes passa semana sem vender um nada, fica só gastando, todo dia 4 reais, 4 reais, e não vende.”*²² Os 4 reais que Rita cita é referente ao vale transporte que tem que investir, além das despesas com viagem para comprar as mercadorias, para tentar de vende-las e conseguir algum lucro.

Hoje esses trabalhadores são, na maioria pessoas de baixa escolaridade, sem nenhum tipo de especialização, pessoas desempregadas, aposentados, pessoas (como já citei) vindas de outras cidades, e até mesmo jovens que não conseguem oportunidade no mercado de trabalho por não terem experiência.

Dona Nita é uma trabalhadora que relata não ter tido oportunidade de estudar e trabalha nas ruas porque sem estudo sobram poucas opções: *“porque eu não tive outra opção de trabalho, não tenho estudo, e pra mim trabalhar em casa essas coisas assim, eu preferi aqui”*²³, nessa narrativa voltamos ao campo das escolhas, ela escolheu estar trabalhando na rua, porque dentro das oportunidades que a sociedade burguesa reserva para ela, trabalhar na rua se torna a melhor opção, sendo também uma resistência a dominação imposta pelo sistema capitalista.

²¹ Rosângela Batista, entrevista realizada em setembro de 2007.

²² Rita dos Santos Alves, entrevista realizada em maio de 2007.

²³ Nita Rodrigues Dias, entrevista realizada em setembro de 2007.

Outro trabalhador que também reclama da falta de escolaridade é o senhor Roberlânio, ele tem 39 anos, e é camelô desde adolescência, ele diz: *“mas eu não tenho outra opção não tenho escolaridade, não tenho qualificação, e além disso eu tenho um dom de vender um certo produto, e fica no vício né”*²⁴. Esse trabalhador relata que é camelô porque não teve outra opção, não tem escolaridade e nem especialização.

Ele toca em pontos que acho interessante destacar que é o caso que ele diz ter o “dom” de vender e, por isso, fica no vício. Refletir sobre essas falas me leva a pensar que a falta de escolaridade e qualificação é um fator preponderante na vida desses trabalhadores, no entanto, tem muitas outras razões que os levaram a escolher ser camelô como estratégia de vida, e é isso que permeia o campo das escolhas.

O senhor Amâncio²⁵ nos diz também um pouco da sua trajetória de vida, já tem 8 anos que ele trabalha nas ruas, o que é para ele uma forma de complementar a renda de aposentado: *“Antes eu era comerciante, tinha comercio aí descontrolou, eu aposentei, e to nessa vida, a aposentadoria é pouquinho né, um salário só.”*

O senhor Divino Justino também é aposentado, e narra como se tornou um camelô:

*“há eu comecei em ...58, não em 68 eu comecei trabalhar de camelô, é porque eu sofri um acidente, e aí me encostaram na aposentadoria, e aí não tinha nada pra fazer fui vender algumas mercadorias né, e ingressei no ramo de vendedor ambulante, e to até hoje.”*²⁶

O campo das possibilidades de trabalho que a sociedade dá aos trabalhadores não se restringe somente aos trabalhadores que estão nas ruas, a escolha ou a permanência de alguns em camelódromos, de alguma maneira, também explicitam isso. Trabalhadores nos camelódromos estão lá porque escolhem estar dentro das normas da sociedade que regula e institui os donos do espaço público e por outro lado não tem outras oportunidades de emprego.

O desemprego e a falta de experiência no mercado de trabalho também levam muitas pessoas a escolherem, dentro das possibilidades que encontram, o ramo de camelô. O trabalhador Jeová Gomes de 35 anos, é um exemplo disso, ele trabalha no Camelódromo Municipal há 3 meses e fala como partiu para essa estratégia de sobrevivência dentro da sociedade. Para Jeová, o campo da escolha está sem outras opções:

²⁴ Roberlânio Menezes Ferreira, entrevista realizada em maio de 2007

²⁵ Amâncio Martins da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007

²⁶ Divino Justino, entrevista realizada em maio de 2007

“eu era oficeboy, na verdade saiu esse box aqui e como eu já tava desempregado, resolvi tentar nesse ramo pra ver o que quê dá. e parti agora pra ser camelô, porque pra conseguir emprego ta difícil, já procurei em várias empresas, mas não ta tendo, e o que eu achei no momento foi camelô.”²⁷

Maria Marlene Faria é uma trabalhadora que atualmente está no camelódromo improvisado na Avenida João Naves de Ávila, tem 38 anos de idade, é natural do Rio Grande do Norte e mora aqui em Uberlândia desde 1987, atualmente reside no bairro São Lucas, trabalha como camelô a mais ou menos dois anos, sempre vendeu roupas, antes trabalhava de casa em casa, mas a grande quantidade de calotes que ganhava por vender fiado a fez procurar outro jeito de ganhar a vida. Pôs uma barraca na Praça Oswaldo Cruz para vender suas roupas somente à vista, e recentemente foi transferida para esse local, na sua narrativa ela diz:

“Antes eu vendia roupas também só que era nas casas e fiado né, toda vida eu trabalhei com esse ramo, eu trabalhava com peça íntima, com aquelas revistas, eu buscava mercadorias também, mas eu vendia fiado, e comecei a tomar muito prejuízo né, aí tentei lá na praça né.”²⁸

Outra trabalhadora desse mesmo local, é a Rita dos Santos Alves, tem 52 anos, trabalha como camelô há dois meses, é natural do Rio Grande do Norte, mas mora em Uberlândia há 35 anos e reside do bairro Jardim América. Era costureira teve um problema de saúde, e não conseguiu mais emprego. Agora vende roupas.

“Eu trabalhava de costureira, mas como eu tenho problema de saúde né, aí o povo não dá emprego pra gente, passou de quarenta e cinco anos não acha emprego mais, aí como eu tenho problema de saúde eu resolvi colocar essa roupa aí pra vender”²⁹

Na narrativa de Rita percebemos que ela se submete as precariedades do local onde ela e também Maria Marlene trabalham, porque não querem entrar em confronto direto com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, burlando suas normas. A única alternativa que a Prefeitura lhes dá é trabalhar dentro da precariedade e, o que é muito pior que isso, elas não tem oportunidade em outro setor da sociedade, ou é a insalubridade ou as ruas e, no campo de suas escolhas, elas preferem se enquadrar na normatização da prefeitura.

Trabalhar na rua é uma estratégia desenvolvida por muitos trabalhadores que escolhem estar nas ruas, porque não tem oportunidades melhores na vida, dentro do

²⁷ Jeová Gomes Fernandes, entrevista realizada em maio de 2007.

²⁸ Maria Marlene Faria, entrevista realizada em maio de 2007.

²⁹ Rita dos Santos Alves, entrevista realizada em maio de 2007.

contexto de dominação capitalista. Estar na rua representa uma luta, uma resistência contra a dominação, dominação essa que se faz perceber dentro de uma normatização/formatação da cidade. Assim também como normatização de indivíduos, onde cria-se “modelos de cidadão”. Um exemplo desses moldes são os trabalhadores assalariados, e quem foge a regra como essa sofre com discriminação dos outros. Mas, mesmo assim, é possível perceber o trabalho nas ruas de uma forma diferente. Para alguns trabalhadores trabalhar na rua imputa sentido de uma profissão, um valor que é agregado por esses trabalhadores que se sentem felizes em trabalhar assim, e como os outros trabalhadores da sociedade também escolheu sua profissão.

Todos os trabalhadores que eu entrevistei me deram razões pessoais, particulares para explicar porque estão na rua, muitos por razões que eu já citei, outros por tradição de família como: Roberlânio Menezes Ferreira, que é natural de Juazeiro do Norte, no Ceará, e mora atualmente em Ceilândia cidade satélite próximo à Brasília, montou sua estratégia de sendo camelô viajante, fica de 10 a 20 dias numa cidade divulgando sua mercadoria, tem 39 anos e é camelô desde adolescência, ele expõe seu trabalho com o valor de uma profissão:

“Assim acho que vem do sangue né, meu pai já era camelo e eu segui a profissão né, também tem o dom, na arte né, porque eu acho que o “dom” da venda, isso aí Deus que dá né”³⁰

Nessa fala podemos perceber outro sentido atribuído ao trabalho, por mais que na época que o pai dele trabalhava fosse diferente³¹ de hoje, permaneceu nele um sentimento em relação ao trabalho, mais do que uma forma de sobrevivência, o trabalho dele é uma maneira de se auto-identificar, de se reconhecer como cidadão, como trabalhador. Ele valoriza o seu trabalho e quer ser valorizado pelo outro, pois ele também tem uma profissão.

Outro camelô relata uma situação semelhante, é o Lordegledévan, tem 39 anos e é camelo desde criança, mora no bairro São Jorge, não é natural de Uberlândia, mas veio para essa cidade bem jovem, ele diz:

“Na verdade eu não escolhi não vii, eu já nasci camelô mesmo, é tradição de família porque meu pai era, meus tio era então eu fui no mesmo barco. Eu acho que se a pessoa tiver uma opção melhor deve procurar”³²

³⁰ Roberlânio Menezes Ferreira, entrevista realizada em maio de 2007.

³¹ Na época que o pai dele trabalhava de camelô de rua, esse trabalho não era proibido nas ruas.

³² Lordegledévan, entrevista realizada em setembro de 2007.

Nessas duas narrativas vemos duas opiniões sobre a mesma situação, que é a tradição de família. Roberlânio diz que acha que a opção pelo trabalho veio do sangue, ele se vê como tendo o “dom” de vender. Na fala de Lordegledévan percebo outro sentimento, apesar de aparecer o sentimento de “tradição de família”, ele diz ter ido no mesmo barco da família, como se tivesse sido impelido a essa situação, como se não tivesse tido outra opção.

Raimundo Neto começou a trabalhar nas ruas muito cedo, de acordo com o que ele me falou ele estava com mais ou menos quinze anos. Ele diz que já vendeu de tudo um pouco, atualmente vende acessórios de couro e disse como escolhe suas mercadorias: *“isso é conhecimento próprio né, de vendedor ambulante, vem de família também.”*³³

Nessa narrativa ele remete a uma tradição de família, ou seja, a “profissão” de camelô que passa de pai para filho, que também passa as experiências dessas práticas de trabalho. Assim escolher a mercadoria que é mais adequada para se vender em determinado local, a experiência de vendedor ambulante ensina. Nesse caso verificamos também a valorização do trabalho de camelô como uma profissão uma tradição de família.

Percebo essa dinâmica de trabalhar na rua como uma complexidade onde não cabem generalizações, mas por outro lado permitem saber sobre o valor que os atos de trabalhar nas ruas têm para esses trabalhadores. Cada trabalhador tem um motivo particular, viveres diários peculiares, motivação ou desmotivação, uns gostam da experiência, outros não. É um campo muito diversificado, o que demanda um imenso trabalho do historiador, no sentido de tentar compreender questões tão pertinentes e ao mesmo tempo contraditórias que abarcam as experiências desses trabalhadores.

Existe uma tensão na qual vivem os trabalhadores que trabalham nas ruas. Pude perceber isso quando saí para fazer as entrevistas: o decorrer do dia é tenso, eles vigiam o horário que é melhor para trabalharem e o horário que eles têm que ficar mais espertos com a fiscalização. Das oito da manhã ao meio dia é um horário perigoso, pois pode ter fiscalização a qualquer momento, já do meio dia às duas horas da tarde é um horário tranquilo, porque os fiscais estão em horário de almoço. Após esse horário a tensão recomeça. Percebi isso no momento da abordagem para as entrevistas eu percebi isso, se eu fosse antes do almoço, estava em horário perigoso, se eu fosse à procura deles na

³³ Raimundo de Souza Neto, entrevista realizada em setembro de 2007.

hora do almoço era a única hora que eles podiam aproveitar para trabalhar tranquilamente, então não havia um horário adequado para eu entrevista-los, de todo jeito eu estaria atrapalhando a dinâmica do “estar na rua”.

E essa tensão aparece na fala deles, pois essa tensão explicita uma disputa pelo espaço da cidade dos trabalhadores nas ruas e o poder público municipal que tenta fazer do centro da cidade um espaço normatizado e instituído. Mas, no dia-a-dia da disputa o poder público toma uma “cara”, pois manda seus representantes para fazer as represálias em nome dos governantes, e esse poder se institui na figura do fiscal, porque é esse fiscal da Prefeitura de Uberlândia é que vai perseguir, maltratar e apreender as mercadorias desses trabalhadores.

O senhor Carlos Antônio da Silva é vendedor ambulante, tem 47 anos de idade e trabalha nas ruas há dezoito anos, atualmente vende artesanato na Praça Tubal Vilela. A sua narrativa nos mostra como ocorre às disputas pelo espaço público, ele prefere trabalhar num horário que não vai haver confronto direto com os fiscais e nos conta como consegue trabalhar na praça:

“Já trabalhei 6 anos na Praça do fórum a prefeitura deixou nos trabalhar lá, aí depois que entrou esse novo prefeito eles tiraram nós de lá, certo, e tirou nos daqui também, que aqui não pode trabalhar, nos podemos trabalhar no período de meio dia às duas, aí o fiscal vem e nos corre, aí depois nós monta as cinco e vai até as oito horas da noite, que o fiscal já foi embora.”³⁴

Carlos Antônio fala de como elaborou sua estratégia de trabalho, ele trabalha somente de meio dia às duas da tarde que é o horário de almoço dos fiscais, e após as cinco da tarde, horário que já acabou o expediente dos fiscais, quando pode trabalhar tranquilamente sem se preocupar se sua mercadoria será apreendida. Nesse caso Carlos Antonio condiciona seu trabalho ao não trabalho dos fiscais, ele não é livre para trabalhar, a prefeitura retirou esse direito dele, e ele por medidas de segurança, não quer que seu horário de trabalho coincida com o horário de trabalho dos fiscais.

Perguntei a ele porque ele não gosta de trabalhar no mesmo horário em que os fiscais estivessem trabalhando, como faz os seus outros colegas, e ele disse que “não compensa o risco” de ter sua mercadoria apreendida, questionei se isso já havia ocorrido ele respondeu:

“Já três vezes já, é trezentos e vinte conto pra tirar da prefeitura, qualquer mercadoria que pegar é trezentos e vinte desde água de coco, bijuteria, tudo.”³⁵

³⁴ Carlos Antonio da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

³⁵ Carlos Antonio da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

Outro trabalhador com quem eu conversei foi o senhor Raimundo Neto, é um vendedor ambulante de 25 anos que trabalha aqui em Uberlândia há cinco anos, ele me contou um pouco sobre a tensão que esses trabalhadores vivem trabalhando no centro de Uberlândia. Quando eu lhe propus uma conversa na primeira vez, era por volta de 13:30h, e ele me disse que: *“esse horário é um horário perigoso, porque os fiscais não trabalham uniformizados, por isso é difícil identificá-los, vamos conversar depois que eu parar o trabalho por volta das 17:00h”*³⁶

Raimundo Neto não trabalhou só em Uberlândia, mas em várias cidades e diz da experiência de viver e trabalhar em Uberlândia e, principalmente, do seu sentimento em relação com as autoridades legais de Uberlândia:

*“As Praças se fecham pra camelô de rua porque, a fiscalização bate muito em cima, principalmente não só pela CDL, mas sim pelo governo municipal, que eles querem que isso acabe porque eles não vê que todo camelô precisa comer né, precisa se vestir, e o trabalho que consegue isso, é através do trabalho né, que ele vai comer hoje ele precisa trabalhar, e se ele não trabalha então ele vai roubar, então eu acho que devia ter mais um acordo entre liberdade pra área do camelô, ter mais respeito também, porque hoje não tem respeito, eles só vê o lado deles, pensa que camelô também não comem, não se veste, então eu acho que devia ter esse espaço também né, ser mais organizado, não tão liberal, mas ter organização, e ter mais um respeito pelo camelô que é gente e vota também que é o principal”*³⁷

Nessa narrativa, percebemos um pouco do sentimento de revolta e indignação desse trabalhador que sofre com as praças “fechadas” para o comércio, com uma forte fiscalização e se sente desrespeitado nessa condição de ter que burlar a lei para conseguir trabalhar. Na narrativa dele é possível perceber a imensa importância que ele atribui ao trabalho, porque como os outros trabalhadores tudo o que ele consegue é através do trabalho. Quando eu o perguntei como é sua vida, ele me respondeu: *“bem estabilizada graças a Deus, tudo conforme o trabalho.”*³⁸ E ele como trabalhador tem o direito de trabalhar, mas as autoridades legais mesmo assim vetam o trabalho dos camelôs. Raimundo não se vê respeitado pelos governantes nem ao menos por ser cidadão, e votar também.

Enquanto pesquisadora, por meio desse contato com as ruas e pela narrativa dessas pessoas, percebi a tensão em que esses trabalhadores vivem diariamente: a Prefeitura que não os deixam trabalhar, o preconceito que perpassa pelo imaginário dos

³⁶ Raimundo Vieira de Souza Neto, entrevista realizada em setembro de 2007.

³⁷ Idem.

³⁸ Ibidem.

outros, seguindo o padrão da sociedade burguesa. Entre outras coisas que vamos descobrindo no decorrer das narrativas.

Dona Nita Rodrigues descreve o seu dia-a-dia de trabalho na rua dizendo, como é trabalhar nesse lugar:

“é não é muito fácil não, é um pouco difícil né, porque eu tenho que ficar em pé não tem espaço e não é permitido porque além de tudo é proibido né, a prefeitura está proibindo, o prefeito né, aí agente enfrenta bastante dificuldades, tem dia que agente vende mais tem dia que não vende quase, então não é muito fácil não né.”³⁹

Nesse fragmento de entrevista a dona Nita reclama da falta de espaço, porque a Prefeitura proíbe a utilização da rua por trabalhadores como ela, e o fato dela vender capas para controle remoto para TV se torna totalmente inviável para ela se instalar em um camelódromo, e não sobra outra alternativa além de ir para as ruas.

Sobre esse assunto o seu Amâncio disse *“é não é fácil não, principalmente com os fiscais que tem aí na rua, aí pesa mais né”*, se referindo ao “trabalhar na rua”.

Achei interessante na entrevista da trabalhadora Rosangela Batista, de 47 anos, e no decorrer da entrevista ela me pediu pra não gravar uma parte da conversa. Depois, quando o gravador estava desligado ela afirmou que gostaria que a Prefeitura arrumasse um local movimentado, para que eles pudessem trabalhar, pois no camelódromo municipal não dá movimento, e no camelódromo central onde tem movimento ela não consegue pagar o aluguel.

Aquela era a nossa primeira conversa e a senhora Rosangela não sabia direito quem eu era nem qual a natureza das minhas perguntas. Apesar de eu ter me apresentado como pesquisadora da UFU, me pareceu que ela não estava acreditando em mim. Nesse momento algumas indagações me ocorreram: porque eu não poderia gravar essa parte da entrevista? De que forma isso faz parte da dinâmica de “estar na rua”?

Assim percebi a necessidade de atentar às coisas que fica nas entrelinhas. Como já disse, estar trabalhando na rua significa participar de tensões, pois há uma disputa entre esses trabalhadores e a Prefeitura e, possivelmente, ela pode ter pensado que eu estava entrevistando a mando da poder público municipal, ou de algum jornal, e ela não gostaria de ter seu nome vinculado a essa fala, com medo de que pudesse prejudicá-la posteriormente.

³⁹ Nita Rodrigues Dias, entrevista realizada em setembro de 2007.

Estar na rua junto a esses trabalhadores, me fez perceber coisas que antes eu não via. Eu os classificava como uma categoria de trabalhadores “os camelôs”, mas eu não entendia o que significava pra eles ser camelô, ou trabalhar na rua ou no camelódromo, e que os significados deles eram muito diferentes dos meus.

Na minha investigação á respeito da vida desses trabalhadores, descobri que o que fazem deles uma categoria de trabalhadores, não é apenas o fato deles trabalharem nas ruas nas mesmas condições (sol, chuva, carregar e montar as mercadorias, fugir dos fiscais), mas vai um pouco além. Esses trabalhadores têm práticas de trabalho comuns, mesmo quando não estão nas ruas, como por exemplo, o fato de trazerem suas mercadorias de outra cidade, na maioria deles de São Paulo.

Uns viajam para comprar, outros compram de outras pessoas que trazem a mercadoria de lá, Roberlânio diz que compra suas mercadorias sozinho: *“Olha o produto eu procuro comprar em São Paulo, no Rio aonde surge lançamentos né, no eixo Rio São Paulo.”*⁴⁰, Carlos Antônio compra também em São Paulo e diz: *“é agente escolhe em São Paulo, agente vai buscar em São Paulo, e traz pra vender aqui em Uberlândia, vai lá compra no atacado e vende, agora eu to trabalhando com artesanato eu mesmo que tô fazendo.”*⁴¹

Podemos ver que o trabalho do camelô não começa nas ruas, existem trajetórias percorridas por muitos deles antes de chegar com a mercadoria, a própria viagem para comprar mercadoria é um percurso desgastante. Já os trabalhadores como dona Nita e seu Amâncio são pessoas que tem experiências de compra de mercadorias diferentes, pois os dois compram suas mercadorias aqui mesmo, de “cambistas” pagam um pouco mais caro pela mercadoria, mas tem a comodidade de não precisar viajar para comprá-las. Seu Amâncio conta que: *“Eu compro aqui mesmo, tem uma moça que traz pra mim de São Paulo”*⁴², já a dona Nita explica a sua compra de uma maneira diferente: *“tinha uma vizinha e foi ela que me pôs assim nesse ramo de vender essas capinhas, ela busca em São Paulo, Buscava em São Paulo, aí através dela é que eu comecei.”*⁴³ Para ela, a sua vizinha significa mais do que uma pessoa que compra a mercadoria e traz, pois foi a vizinha que a ajudou a começar o trabalho na rua.

Outro fato é que eles não estão nas ruas por acaso. Existem trajetórias que os levaram a trabalhar nas ruas, seja porque trabalhar na rua é um modo de resistência à

⁴⁰ Roberlânio Menezes Ferreira, entrevista realizada em maio de 2007

⁴¹ Carlos Antonio da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007

⁴² Amâncio Martins da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁴³ Nita Rodrigues Dias, entrevista realizada em setembro de 2007.

dominação imposta pelos governantes, seja porque eles se sentem pertencentes às ruas da cidade e se reconhecem nesses espaços, ou porque trabalhar em camelódromos limita o poder de venda desses trabalhadores, abaixando suas rendas. Isso significa que tais trabalhadores, por mais que tenham viveres e experiências de vida diferentes, comungam de práticas de trabalho iguais, motivações semelhantes e, é isso que os faz pertencentes à uma categoria de trabalhadores, é esse laço que os une como categoria.

O diálogo junto a esses trabalhadores me fez perceber que apesar de estarem dentro de uma categoria experimentando experiências semelhantes, essa categoria não está fechada, porque eles não são apenas uma classe de trabalhadores que estão trabalhando nas ruas por falta de oportunidades de emprego no setor formal. Não são apenas pessoas que sofrem as discrepâncias do sistema capitalista, dentro disso tudo cada trabalhador é diferente um do outro, é único, tem uma família diferente, tem uma história de vida diferente, tem memórias diferentes, e significam sua vida e seu trabalho de formas diferentes.

Percebi que não posso tratá-los de forma igual, como uma classe de trabalhadores homogênea, e que cada trabalhador era diferente e que não adiantava eu fazer as mesmas perguntas a todos, cada conversa passou a ser única, pois o que era importante para um trabalhador poderia ser irrelevante para outro, e que eu não poderia tirar conclusões a respeito da categoria como um todo, a não ser quando uma relato fosse relevante para mais de um trabalhador.

Pois cada fonte que consultei tem uma memória, mesmo para acontecimentos que atingem muitos indivíduos onde temos uma memória coletiva, cada indivíduo vivência uma experiência em particular, pois cada um significa suas práticas dentro da sociedade de uma forma específica. Um exemplo disso é a lei que foi implementada pela prefeitura em 1995, com a proibição de utilizar o espaço público para o trabalho, e a construção do Camelódromo Municipal para recolher tais trabalhadores. Todos os trabalhadores que estavam nas ruas sofreram com a mesma tensão, pois ninguém sabia o que essa mudança iria trazer em termos de modificações para suas vidas. Mas apesar da tensão que era coletiva, cada trabalhador elaborou suas expectativas, o seu modo de lidar com a tensão, assim também como o que ficou na memória sobre esse acontecimento.

Do primeiro roteiro de perguntas que eu elaborei para entrevistá-los até as nossas últimas conversas pude perceber as diferenças. Inicialmente fui procurá-los com uma lista de perguntas referentes ao trabalho: há quanto tempo trabalhavam nesse ramo?

O que os levou a optar por esse tipo de trabalho? Como eram as condições de trabalho? As respostas que eu obtive me desanimaram imensamente, pois eles se restringiam a respostas rápidas e precisas, e eu não havia conseguido ultrapassar os meus conhecimentos prévios, até então tudo o que eles me disseram eu já sabia.

Passado a frustração tentei pensar como deveria ser minha entrevista e como eu poderia conseguir ir além do físico, das condições de trabalho em si. Mas o problema não se encontrava neles, eles estavam ali me respondendo, o problema estava na visão que eu tinha do trabalho deles, eu acreditava que sabia coisas sobre eles, e entendia o que é ser camelô mas, eu estava errada. Somente consegui fazer progressos em minha pesquisa, quando lancei fora meus conceitos (de sociedade burguesa, que “coitadinhos” eles estão ali porque não conseguem emprego), e me abri para entender o significado do trabalho para aquelas pessoas. A partir disso tentei formular perguntas para que eles me falassem mais de si mesmos e de seus relacionamentos pessoais e com o trabalho.

Pude começar a perceber esse significado do trabalho nas ruas em uma de minhas conversas com o senhor Carlos Antônio, depois que ele me relatou todas as dificuldades em trabalhar na rua:

“Vim pra rua porque as dificuldades de arrumar serviço né, emprego, aí eu passei a trabalhar na rua. Assim a dificuldade é que agente não tem é lugar pra trabalhar, a prefeitura não deixa trabalhar na rua né, daí prende a mercadoria, e o problema da chuva do sol tem que ficar na rua, aí essa é a dificuldade nossa, não tem um lugar específico pra gente trabalhar, essa é nossa dificuldade”⁴⁴

Na narrativa do senhor Carlos temos muitas questões para serem pensadas. Para ele serviço, emprego e trabalho são coisas diferentes, ele relata ter ido trabalhar nas ruas por causa da dificuldade de arrumar emprego ou serviço (que aqui está se referindo ao setor formal de empregos), como um modo de sobreviver na sociedade. Mas, surge então outra questão: quem está trabalhando na rua enfrenta uma dificuldade que é a de não ter lugar para trabalhar. Porque? Quem impede o trabalho? São os fiscais que impedem o trabalho com perseguições e apreensão das mercadorias, mas para o senhor Carlos fica claro que a disputa está na Prefeitura que não oferece espaço para o trabalho dele e, nesse caso ele não se refere a uma vaga no camelódromo, pois como ele mesmo diz sua mercadoria não é de vender em lojas e sim nas ruas:

“Minha mercadoria é pra trabalhar na praça , não adianta bota em loja que não vende, é mercadoria de Praça mesmo, de rua, porque tem a mercadoria de loja e tem a mercadoria de rua, essa aqui não

⁴⁴ Carlos Antonio da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

adianta bota na loja, tem que ser na rua, a pessoa passa há é bonita eu vou levar, ela não vai na loja comprar, passa aqui vê acha bonita e leva, certo.”⁴⁵

Podemos perceber que o lugar que ele não tem para trabalhar, mas gostaria de ter é a própria praça onde ele trabalha, porque sua mercadoria segundo ele é de vender em praça ou em rua, e é nesse lugar que ele trabalha. Mas, ele reclama que não tem lugar, porque a Prefeitura pega pesado para tentar retirar esses trabalhadores do espaço público que eles reconhecem como legitimamente deles.

Mas apesar de todas essas dificuldades que ele apresentou, quando eu o questionei se ele gostava de trabalhar assim e ele me respondeu: *“adoro, nossa senhora, eu trabalhava de estoquista, trabalhei de sub-gerente de uma loja, larguei pra vim pra rua porque é a melhor coisa que tem é trabalhar na rua.”⁴⁶*, depois de ouvir esse depoimento, eu refleti a esse respeito entendendo que o significado de trabalhar na rua vai muito além de não conseguir emprego no setor formal, existe um sentimento maior que perpassa as razões do “estar na rua”, e esse sentimento é o de pertença. Para o senhor Carlos trabalhar na rua é muito mais do que garantir sua sobrevivência, isso faz dele um cidadão, que se reconhece em meio a tanta gente que ele não conhece.

Ele também fala do motivo de ele gostar de trabalhar na praça, ele se identifica com ela, a praça é o mundo ao qual ele pertence:

“Você não atende um freguês permanente, todo dia atende uma pessoa diferente, todo dia cê tem uma pessoa diferente, uma pessoa de fora, e você tá assim no meio de todo mundo, todo mundo passando, então é bom demais, nossa senhora, eu adoro. Tem gente aqui que às vezes não tem nada pra fazer na praça, vem pra praça pra ficar na praça porque acostumou vim pra praça, não tem outro lugar pra ir, há vou pra praça conversar com o pessoal, aí nos fica desse jeito de boa ficar na rua, certo.”⁴⁷

Nessa narrativa percebe-se com clareza a natureza de suas escolhas, como ele se sente pertencente a esse local de convivências que é também o local de trabalho dele, e a sua relação com os outros que não estão trabalhando. Quando o senhor Carlos diz *“e você tá assim no meio de todo mundo”*, ele mostra se identificar com a fluidez das pessoas que vão conversar com quem está na praça, mencionando também a identificação delas com o trabalho que ele faz naquele espaço.

⁴⁵ Carlos Antonio da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Ibidem.

Esses Trabalhadores se tornam visíveis dentro da sociedade, por estarem utilizando o espaço público e chamam a atenção dos governantes que querem “limpar” a cidade fazendo dela um espaço esteticamente bonito, e as práticas de poder desses governantes incute na cabeça das pessoas o sentido que as ruas e praças não são lugares para as práticas de trabalho desses camelôs, nos jornais da cidade aparecem reportagens atribuindo imagens pejorativas a esses trabalhadores, pois nesse discurso eles ocupam as calçadas, permanecendo em frente aos comércios e as lojas, eles obstruem a passagem dos pedestres nas calçadas, fazendo com que os lojistas se sintam prejudicados com essas práticas. Eles acreditam que a presença de tais trabalhadores deixa suas fachadas menos chamativas e ainda enfrentam a concorrência desleal, pois eles não pagam impostos.

Ao pesquisar a origem do Camelódromo Municipal no Jornal Correio de Uberlândia percebi que esses trabalhadores vêm sendo perseguidos por esses pretextos desde 1994. Encontrei muitas reportagens no sentido de discriminar tais trabalhadores.

Um exemplo está no jornal Correio do Triângulo em que encontrei a manchete de primeira página “*Camelôs serão fiscalizados com rigor no final do ano*”⁴⁸, com foto de Beto Oliveira e edição de Magna Alvin. Na página sete estava a reportagem com o título: “*Prefeitura ‘aperta o cerco’ aos ambulantes*”, ela dizia o seguinte:

*“cada vez é mais difícil andar pelas calçadas, pois muitos ambulantes trabalham sem autorização da prefeitura, o comércio é regular apenas na Praça Oswaldo Cruz, na Praça Sergio Pacheco é provisório, e na Praça Tubal Vilela é proibido, causando discussão entre vendedores ambulantes e autoridades. Em contra partida os vendedores argumentam que se a prefeitura proíbe esse tipo de trabalho, deveria oferecer emprego às pessoas que não tem estudo e não consegue ganhar mais de dois salários como empregados.”*⁴⁹

Nesse jornal podemos perceber como os camelôs aparecem como “bandidos” que ocupam as calçadas da cidade e a prefeitura como se fosse a polícia que tem o dever de controlar, pois as manchetes são muito incisivas “*Prefeitura aperta o cerco aos ambulantes*”, traduzindo um certo maniqueísmo entre Prefeitura e trabalhadores.

⁴⁸ Camelôs serão fiscalizados com rigor no final do ano. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 08 dez 1994, p.01, nº 16.732

⁴⁹ Camelôs serão fiscalizados com rigor no final do ano. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 08 dez 1994, p.07, nº 16.732

No exemplar de domingo há uma reportagem de Dolores Mendes, cujo título é “*IAB quer mudar a paisagem urbana de Uberlândia*”⁵⁰, contendo uma foto de Manoel Serafin com a seguinte legenda: “*A transformação da Praça Oswaldo Cruz: atualmente só camelôs e local de depósito de lixo.*” Onde se fala que os Arquitetos acham a cidade desagradável e maltratada, e sugerem a revitalização do centro da cidade. Nessa reportagem é possível ver o projeto da classe dominante através de arquitetos que propõe uma reformulação na paisagem pública de Uberlândia, essa reformulação não é somente no sentido de obras para a estética da cidade, mas é pensada também para retirar os trabalhadores das ruas e praças, pois já na legenda eles foram colocados ao lado do lixo, penso que foi para dar o sentido que eles como o lixo, não servem para nada estando na praça.

Na quinta feira, colocaram uma manchete de primeira página “*Invasão – camelôs tomam a calçada: pedestres sem lugar*”⁵¹ com foto de Beto Oliveira com a legenda “*Camelôs e menores viciados “avançam” na Sergio Pacheco*” sob a edição de Magna Alvin. A reportagem “*Barracas de camelôs avançam sobre a Avenida Afonso Pena.*”⁵² diz que as pessoas reclamam do pouco espaço e do tumulto de pessoas, vendedores e automóveis. É incisiva a palavra “invasão” das calçadas e a afirmação de que os pedestres estão sem lugar, mais uma vez esses trabalhadores são colocados ao lado de coisas desagradáveis, nesse caso são os menores viciados.

Nessas poucas reportagens produzidas pela imprensa, podemos perceber uma construção de um imaginário, tecido em moldes discriminatórios, ou seja, a imprensa sensacionalista põe esses trabalhadores à margem da sociedade, junto com os usuários de drogas e com o lixo, um estorvo que obstrui a passagem dos pedestres. Percebemos isso nas palavras que são usadas para construir a reportagem, a própria construção das manchetes, é um modo de escrita feito para denegrir a imagem desses trabalhadores.

Essa visão negativa dos outros para com eles aparece também na fala de muitos desses trabalhadores, o senhor Carlos fala da discriminação que eles sofrem por parte dos lojistas:

“Olha a discriminação é mais do pessoal das lojas, o pessoal das lojas fala que nós atrapalha o comercio deles, não é verdade, nós não vende, muita coisa que

⁵⁰ IAB quer mudar a paisagem urbana de Uberlândia. **Correio do Triângulo**. Uberlândia, 18 dez 1994, p. 09, nº 16.741.

⁵¹ Invasão – camelôs tomam a calçada: pedestres sem lugar. **Correio do Triângulo**. Uberlândia, 21 dez 1994, p.01, nº 16.743.

⁵² Barracas de camelôs avançam sobre a Avenida Afonso Pena. **Correio do Triângulo**. Uberlândia, 21 dez 1994, p.07, nº 16.743.

vende na loja nos não vende, fala ... Há o camelo da rua estrova o comercio mas não é verdade, mas preconceito é em relação ao pessoal das lojas, e algumas pessoas que acham que estrova andar na praça, mas isso é poucas pessoas, a maioria das vezes as pessoas quando vem o fiscal, o pessoal vai pra cima do fiscal porque ta atrapalhando nos trabalhar , mas o resto só as lojas mesmo.”⁵³

Na narrativa de Carlos, vemos que o olhar pejorativo vem por parte dos lojistas e também de algumas pessoas, que não vê eles como trabalhadores mas sim como estorvo na calçada, embora isso aconteça segundo ele a maioria das pessoas apóiam o trabalho deles.

A senhora Rosângela também fala da discriminação sofrida por ela:

“de algumas pessoas, mas tem muitas que sabe o que que é camelo, entendeu, agora tem outros que não sabe o que é camelo, julgam que são pessoas más mas não são, estamos correndo atrás do nosso dinheiro pra gente sobreviver, e são algumas pessoas, não são todas, outras ajudam agente demais, muito, tem cliente meu que compra de mim pra me ajudar, não pela minha mercadoria.”⁵⁴

Segundo ela, existem também algumas pessoas que não entendem o trabalho deles. O pensamento sugerido por ela, “julgam que são pessoas más”, esse pensamento pode ter sido moldado, através das praticas de dominação que são feitas diariamente sobre esses trabalhadores.

Desse modo a imprensa, tem o poder de formação de opinião, e age no sentido de incutir na população uma imagem negativa desses trabalhadores que no caso aparecem como pessoas que deixam a cidade feia, e com aspecto de mal cuidada, alem de retirar o espaço dos pedestres. Imagem que permanece até hoje.

E assim suas práticas de trabalho ganham um nome carregado de significado. O que a palavra camelo implica quando eles são nominados pelos outros? A palavra camelo lembra camelo (animal de carga), são trabalhadores que viajam longe pra comprar e trazer suas mercadorias com um preço mais acessível à população de baixa renda, e por isso são tratados como camelos? E as suas mercadorias tem o sinônimo de produtos ruins, de baixa qualidade. Ao andar pela cidade de Uberlândia e conversar com esses trabalhadores não reconheci nenhum desses estereótipos, eles buscam sim a qualidade de suas mercadorias, se entendem como trabalhadores como outros quaisquer, e é possível dividir o espaço público com os pedestres.

⁵³ Carlos Antonio da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁵⁴ Rosângela Batista, entrevista realizada em setembro de 2007.

O senhor Jeová Gomes Fernandes, de 31 anos, é natural de São Simão, mora no bairro jardim Brasília em Uberlândia, e trabalha há apenas três meses no camelódromo municipal fala um pouco a respeito do preconceito com as mercadorias :

“É um serviço que não é fácil, mas também não é difícil, tem que saber lidar com as pessoas, é tem que saber negociar, porque muitas pessoas que querem as coisas praticamente de graça, acha que camelô, só porque é de camelô as coisas tem que ser tudo mais barato, e não é dessa forma.”⁵⁵

Na fala de Jeová percebemos uma desvalorização de sua mercadoria, pois segundo ele as pessoas acham que por se tratar de mercadorias de camelô tem sempre que ser mais barato e isso desconsidera as diferenças de qualidade dos produtos. Em contrapartida os consumidores que compra suas mercadorias, são pessoas que sabem que podem negociar com o vendedor, não é o caso que acontece em lojas, por exemplo, que é colocado um preço em determinada mercadoria, e é aquele preço à vista sem negociação, então esse poder de negociação segundo ele vai um pouco além *“muitas pessoas querem as coisas praticamente de graça”*. Nessa fala de Jeová também podemos perceber os saberes aprendidos por ele nesse trabalho direto com o público, e a esse respeito ele diz que *“tem que saber negociar”*, esse é um valor que ele aprendeu no decorrer de suas práticas de trabalho.

Afinal de contas o que é essa mercadoria que se vende nas ruas?

Nas ruas se vedem desde raízes e ervas, brincos e bijuterias, brinquedos, cintos e carteiras (inclusive de couro), redes e tapetes, maquininhas de cortar cabelo e outros eletrônicos a pilha, CDs e DVDs piratas, bichinhos de pelúcia e infláveis, cartões telefônicos e vale transportes, panos de prato, capa de controle remoto, rasteirinhas, e as chamadas “mercadorias de época” como luvas e meias, guarda-chuvas e até frutas da estação. Alguns anunciam seus produtos chamando a atenção dos transeuntes, outros permanecem calados apenas expondo suas mercadorias, às vezes em expositores verticais como é o caso das bijuterias. Outros improvisam bancas, como é o caso das pessoas que vendem luvas e outras mercadorias. Já os vendedores de CDs e DVDs geralmente os organizam em caixas e os vendedores de frutas expõe em carrinhos, tudo deve ser muito prático para ser guardado rapidamente, caso os fiscais da Prefeitura apareçam.

⁵⁵ Jeová Gomes Fernandes, entrevista realizada em maio de 2007.

As mercadorias são escolhidas de acordo com a experiência deles, é algo peculiar, Roberlânio, por exemplo, escolhe as mercadorias que vai vender buscando sempre a novidade. E diz com relação a sua mercadoria:

*“há eu vendo de tudo um pouco viu, tudo que imagina eu vendo, procuro sempre vender um produto que não esteja assim ...é... muito na rua né, que pode ganhar um dinheirinho a mais né, fica mais fácil de vender o produto(...) Olha o produto eu procuro comprar em São Paulo, no Rio aonde surge lançamentos né, no eixo Rio São Paulo.(...) o produto igual eu vendo não existe em loja , não tem vendedor ambulante, então eu aperfeiçoei nessa venda de botar o produto novo e divulgar ele, que não existe em loja não existe em camelô, onde chega tem sempre que vender o produto porque ninguém conhece, e sempre fica sendo novidade.”*⁵⁶

A estratégia que Roberlânio desenvolveu é bastante interessante, porque além dele se preocupar com o tipo de produto que vai vender, pra qual consumidor, de que faixa etária, se é coisa barata ou não, a sua preocupação mais latente é que a mercadoria seja novidade, e ele seja o único camelô vendendo essa mercadoria. Como não é fácil achar novidades com frequência para lançar em uma cidade, a solução que ele encontrou foi viajar entre as diferentes cidades divulgando uma mercadoria. Diz: *“É eu escolhi assim mudar de cidade né, porque aonde eu chegar com o produto, faz lançamento do produto, faz novidade, eu não troco de mercadoria eu troco de cidade.”*⁵⁷ Como ele, são muitos os trabalhadores que se preocupam com a mercadoria que vão vender, tendo em vista o público que vai comprá-las, eles escolhem as mercadorias que vão vender segundo a percepção que eles tem dos seus consumidores. A final de contas para quais tipos de público esses trabalhadores vendem?

Dona Nita, atualmente vende capas para controle remoto para televisão, vídeo, DVD e etc. e já vendeu livros de histórias também, e diz como chegou a essa mercadoria:

*“Eu nunca tinha trabalhado assim, mas na época, tinha uma vizinha e foi ela que me pôs assim nesse ramo de vender essas capinhas, ela busca em São Paulo, buscava em São Paulo, aí através dela é que eu comecei. (...) Os livrinhos, era até bom pra vender, dava até uma porcentagem melhor, só que aí depois eles encareceram ele, aí o lucro diminuiu demais aí eu desisti.”*⁵⁸

Dona Nita não tinha experiência em vendas quando começou a trabalhar de vendedora ambulante, então uma amiga indicou uma mercadoria para ela começar a

⁵⁶ Roberlânio Menezes Ferreira, entrevista realizada em maio de 2007.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Nita Rodrigues Dias, entrevista realizada em setembro de 2007.

trabalhar. vamos levar em conta que capas de controle remoto é algo utilitário, serve para protegê-los da poeira e de quedas, então seria algo fácil de vender para outros trabalhadores, tendo em vista o custo-benefício, pois o valor dessa mercadoria dela é de R\$ 2,00. Depois dona Nita buscou uma mercadoria que fosse mais rentável pra ela, os livros de histórias infantis, e quando não estava compensando mais dona Nita voltou a vender as capas para controle.

O seu Amâncio, antes de ser trabalhador nas ruas de Uberlândia, já era comerciante, e agora é aposentado. E diz:

*“Primeiro eu era vendedor de bilhete de poupa ganha, telebingão, azulzinha essas coisas entendeu, depois passei a vender passe coletivo, depois as carteiras, tá com três anos que eu vendo as carteiras. Antes eu era comerciante, tinha comércio aí descontrolou, eu aposentei, e tô nessa vida.”*⁵⁹

Seu Amâncio conta sua trajetória como vendedor nas ruas. Ao falar que “está nessa vida” se remete a dificuldade de trabalhar nesse espaço, pois ele tinha um comércio, ou seja, uma “vida estável” e depois que este se “descontrolou” passou a vender nas ruas jogos de loteria, passes, e agora vende carteiras.

Sobre esses Jogos e loteria que ele citou, alguns acabaram outros perderam credibilidade, e em contrapartida cresceu a comercialização de passes coletivos, porque geralmente pessoas que ganhavam vale-transporte nas empresas que trabalhavam e não utilizavam, vendia a cambistas que compravam por um preço mais baixo, e revendia a população. Esse comércio foi proibido e o vale transporte individual foi extinto. Então seu Amâncio teve que escolher outra mercadoria para trabalhar.

Apesar da alternância de mercadorias que vendeu, podemos perceber que todos os produtos que ele vendeu ou vende está relacionado ao dinheiro, as loterias mechem com o imaginário do trabalhador pobre que sonha com uma vida melhor. Já o vale-transporte é uma maneira de se economizar dinheiro, porque eles eram vendidos à população abaixo do preço das empresas de transporte. E por último são as carteiras, que é o local onde esses trabalhadores guardam dinheiro e documentos, desse modo vemos que ele não escolhe mercadorias para vender ao acaso, a esse respeito ele diz: *“eu escolho o que eu acho que o freguês vai comprar né, porque se você não souber comprar também cê não vende, não é mesmo tem isso.”*⁶⁰

⁵⁹ Amâncio Martins da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁶⁰ Idem.

Rosângela é vendedora ambulante a cinco anos e só trabalhou na rua vendendo meias e quando questionei como ela escolhe a mercadoria que vai vender, ela disse que busca a qualidade das meias. Essa resposta contradiz o discurso de que mercadoria de camelô é inferior, apesar de ser uma mercadoria barata, que é vendida para pessoas de baixa renda, ela não dispensa a qualidade da mercadoria que vende. E meias do ponto técnico das vendas é um produto que está no cotidiano das pessoas, e não é um artigo caro, estando dentro do padrão de consumo, dos seus clientes.

Maria Marlene quando começou a vender na rua, montou um barraca na Praça Oswaldo Cruz para vender roupas, conversando com ela percebi que antes dela montar essa barraca ela já trabalhava vendendo roupas, então ela não escolheu uma mercadoria para trabalhar na rua, apenas mudou o modo de vender a mercadoria que estava acostumada:

*“Antes eu vendia roupas também só que era nas casas e fiado né, toda vida eu trabalhei com esse ramo, eu trabalhava com peça íntima, com aquelas revistas, eu buscava mercadorias também, mas eu vendia fiado, e comecei a tomar muito prejuízo né, aí tentei lá na praça né.”*⁶¹

Podemos pensar porque ela continuou vendendo roupas, já que ela ia mudar o seu negócio, passando de “casa em casa” para ficar em um ponto fixo no centro da cidade, mas apesar dela ter mudado sua estratégia de vendas, o seu público alvo continuou o mesmo, pois roupas é um artigo necessário para todos os trabalhadores.

Rita tinha pouco tempo que trabalhava como camelô, não chegou a vender nas praças nem nas ruas, foi direto para o camelódromo da Avenida João Naves de Ávila, e está vendendo roupas. Ela diz o seguinte:

*“Eu trabalhava de costureira, mas como eu tenho problema de saúde né, aí o povo não dá emprego pra gente, passou de quarenta e cinco anos não acha emprego mais, aí como eu tenho problema de saúde eu resolvi colocar essa roupa aí pra vender.”*⁶²

Percebo que no caso de Rita a Mercadoria também diz respeito a sua experiência, pois ela era costureira, e quando se viu impossibilitada de trabalhar como costureira, e foi trabalhar como camelô, escolheu a mercadoria que ela tinha conhecimento, ou seja, as roupas.

O senhor Lordegledévan atualmente trabalha no camelódromo central e vende: “bonés, bolsas, carteiras, cinto, tudo” diz já ter vendido: “vendi de tudo, eletrônico

⁶¹ Maria Marlene Faria, entrevista realizada em maio de 2007.

⁶² Rita dos Santos Alves, entrevista realizada em maio de 2007.

importado na época do Paraguai, Tudo também né.” Na sua narrativa ele diz que sempre vende “tudo”, isso remete a troca de mercadorias, não tem uma mercadoria fixa, está sempre mudando, sobre esse aspecto ele afirma: “*geralmente é o mercado mesmo que propicia agente a comprar mercadoria, porque a procura começa e você tem que ter a mercadoria*”.⁶³ Então mais uma vez nós percebemos o fato de que esses trabalhadores de acordo com seus saberes escolhem as mercadorias do seu trabalho sem nunca perder de vista quem é que vai comprar suas mercadorias.

Para desconstruir a noção do não-trabalho desses sujeitos, e construir o significado de “*um trabalho como outro qualquer*”⁶⁴ vamos entender o que faz os camelôs e ambulantes pertencer à classe dos trabalhadores, ou seja, o que os retira da marginalidade. A visão de que esses sujeitos não são trabalhadores é muito difundida dentro das práticas de dominação com discursos que eles trabalham o dia que quer a hora que quer só pra não morrer de fome.

Tais trabalhadores gozam de uma certa liberdade, porque não são empregados e trabalham por conta própria, não tem aquela obrigação de trabalhar todos os dias. De fato isso é uma vantagem, a dona Nita acha importante fazer o seu próprio horário de trabalho, e diz:

*“Eu preferi aqui, porque aqui eu paro o dia que eu quero, se eu não quiser vim eu não venho, tem dia que né qualquer coisa que eu precisar sair eu saio, aí eu fico mais livre né, não é um emprego seguro, mas também não tem assim horários para cumprir, as coisas assim né”*⁶⁵

Nessa narrativa de dona Nita nos remetemos novamente à questão das escolhas, que cada trabalhador faz dentro do que a sociedade burguesa lhes oferece. Para ela a possibilidade de gerenciar sua jornada de trabalho é uma das razões que orientou sua escolha por trabalhar na rua.

Apesar desses trabalhadores não terem patrões, eles próprios organizam o serviço, estabelecem uma rotina de trabalho nas ruas. E é essa organização que os retiram da posição do não-trabalho e lhes coloca lado a lado com os outros trabalhadores da sociedade que tem obrigações e jornada de trabalho para cumprir. E é isso que faz desse trabalho um “*trabalho como outro qualquer*” que aparece na narrativa de Maria Marlene: “*Meu trabalho é como outro qualquer né, um pouco difícil,*

⁶³ Lordegledevan, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁶⁴ Retirado do depoimento de Maria Marlene

⁶⁵ Nita Rodrigues Dias, entrevista realizada em setembro de 2007.

e as vendas é meio parado né.” ⁶⁶ Essa afirmativa nos leva a pensar que como um trabalho qualquer, ele tem uma jornada de trabalho e organização. Desse modo cada trabalhador se organiza de um jeito específico e essa organização do trabalho vai desde quando o trabalhador escolhe e compra as mercadorias que vai vender até quando escolhe o local em que vai trabalhar. Nesse trabalho também todos seguem uma rotina, e elaboram estratégias para trabalhar na rua.

Seu Amâncio, mesmo sendo aposentado, e ganhando o seu salário garantido, ainda trabalha todos os dias nas ruas, Diz: *“eu chego aqui nove, nove e meia e fico até as cinco horas (...) todo dia, a luta é essa.”* ⁶⁷, a luta em que ele se refere é sua luta enquanto trabalhador dentro do cotidiano da dominação. Rosângela também afirma trabalhar todos os dias: *“Todos os dias de manha até a tarde.”* ⁶⁸

Raimundo Neto, em sua narrativa nos revela como tem que ser a organização do trabalho de camelô, que é uma pessoa que lida com dinheiro todos os dias:

“camelô se ele não for organizado, ele não trabalha, porque veja bem tudo é através do controle, você só pode gastar o que você pode gastar, se você ganhou cem você só pode gastar dez, porque noventa você repõe de mercadoria, se você gasta cem você nunca vai repor a mercadoria, você só pode gastar o que você pode gastar, porque é assim você vende pouco hoje, amanhã você vende mais, hoje você vendeu bem amanhã você vende mal, então os camelô é assim ele não sabe, você na sai pra trabalhar sabendo quanto você vai ganhar, entendeu, se você vai ganhar pouco ou se você vai ganhar muito, então tudo é através da organização.” ⁶⁹

E diz que trabalha *“todos os dias das oito da manhã às cinco da tarde (...) de domingo a domingo.”* Na fala de Neto podemos verificar que a organização do trabalho para ele vai além de escolher a mercadoria que vai vender, escolher o local, e o horário de trabalho, segundo ele existe uma organização do trabalho que deve estar contida nos saberes desses trabalhadores, que é o de controlar o próprio dinheiro, porque apesar deles serem *“trabalhadores como outros qualquer”*, eles não recebem um salário no final do mês, o dinheiro é ganhado dia-a-dia, e o trabalhador que tem o saber de controlar o gasto, o lucro e os novos investimentos. E ele ainda diz mais sobre o trabalho do camelô, reafirmando que é um trabalho como outro qualquer, e define seu trabalho como:

⁶⁶ Maria Marlene Faria, entrevista realizada em maio de 2007.

⁶⁷ Amâncio Martins da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁶⁸ Rosângela Batista, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁶⁹ Raimundo Vieira de Souza Neto, entrevista realizada em setembro de 2007.

*“Bom, através dele que eu construí minha casa, mobiliei ela, tenho meu transporte, não dependo de ninguém, só dependo de mim mesmo, então eu acho que tudo através do trabalho, qualquer trabalho que você tenha, ou camelô, se você for controlado souber trabalhar com a cabeça, não só com os braços e as pernas, você consegue o que você quer, eu penso assim e eu acho que assim é o certo.”*⁷⁰

O que faz do trabalho de Neto ser “bom”, como ele o define, são quais sonhos, quais viveres ele consegue realizar através dele, e esses sonhos de consumo permeiam um imaginário de conquistas de uma classe, que é subjugada nos contextos da dominação.

O senhor Carlos já desenvolve seu trabalho de maneira diferente, pois trabalha de acordo com a fiscalização, e ele atualmente vende artesanato feito por ele próprio, então descreve sua rotina da seguinte forma:

*“Meu tempo de trabalho é de dia é só pra vender, a noite eu faço meu trabalho em casa, certo. (...) é igual eu te falei, quando não tem fiscal agente trabalha o dia inteiro, quando tem fiscal agente trabalha a hora que eles para, é do meio dia as duas e depois eu vou almoçar, volto quatro horas cinco horas, monto e vou até oito horas aí vou pra casa pra fazer alguma coisa que tem que fazer, alguma pulseira, arrumar alguma corrente, é o que eu to fazendo”*⁷¹

De acordo com as narrativas, a maioria dos trabalhadores das ruas trabalha todos os dias em horário comercial, ou seja, a organização é a mesma como se fosse numa empresa, mas trabalhando assim o dia inteiro, eles têm que driblar a fiscalização. Já o Carlos prefere trabalhar tranquilo, com a certeza que não vai concorrer com a fiscalização, isso é uma estratégia própria dele de organização do trabalho.

A dinâmica do trabalho nas ruas ensina a esses trabalhadores formas de sobrevivência nesse meio, são experiências que eles vão adquirindo que se transforma em saberes apreendidos na experiência social de trabalhar, de viver como trabalhadores na sociedade, de disputarem os espaços e de imprimirem neles seus valores, a sua cultura. A tensão que mencionei desde o começo é essa, são as pessoas que tem em seus locais de trabalho seus valores e a sua cultura reconhecidos, mas no entanto não são reconhecidos pelos outros em meio a esses locais em quais trabalham.

Assim, driblando esse preconceito, os trabalhadores lutam pelo direito de permanecer trabalhando no espaço público, que como o próprio nome diz é público, ou

⁷⁰ Raimundo Vieira de Souza Neto, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁷¹ Carlos Antônio da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

seja, um espaço de todo mundo. Mas porque eles não podem usufruir desse espaço do qual se sentem pertencentes.

Agora vamos tentar entender qual é o sentimento que esses trabalhadores têm, com relação a eles mesmos, e suas práticas de trabalho. Nas narrativas de todos os trabalhadores, existe uma referência a um “nós” ou um “agente”, que nos remete a um sentimento de coletividade. Quando um camelô vai falar de um problema enfrentado, ele sempre estende os seus problemas a todos os outros trabalhadores que estão na mesma condição.

“*Há no início quando eles passaram aqui pra gente foi muito difícil né*”⁷² nesse trecho Maria Marlene está se referindo quando a Prefeitura retirou os camelôs da Praça Oswaldo Cruz e improvisou um camelódromo nas costas do terminal central, segundo ela: foi muito difícil para “agente”, ou seja, não foi só ela que sofreu com isso, foram todos os outros companheiros que estão na mesma situação também.

Em outro momento Rita fala: “*agente sofre aqui, nós que é pobre, sofre*”⁷³ nesse trecho ela estava se referindo as condições de trabalho que a eles foram impostas pela PMU quando retirou esses trabalhadores da Praça Oswaldo Cruz, e colocou atrás do terminal central. Nota-se mais do que um sentimento de coletividade com relação ao trabalho, percebe-se também um sentimento de classe, a classe trabalhadora pobre.

A senhora Nita é trabalhadora na rua e também fala no coletivo “*agente enfrenta bastante dificuldades*” se referindo ao trabalho na rua. Na fala de Carlos isso também aparece, “*tiraram nós da praça do fórum e passaram nós lá pra cima.*” Se referindo a criação do Camelódromo Municipal. Desse modo podemos ver que esse sentimento de coletividade existe tanto para os camelôs que trabalham no camelódromo quanto para os camelôs que trabalham na rua, todos esses trabalhadores se sentem como se fossem um só. Por quê? Quem são esses “nós”? São todos aqueles que se encontram na mesma situação de opressão/dominação, desrespeito, desigualdade, de falta de humanidade e discriminação, que partem dos “outros” para com eles, e que disputam por seus direitos.

Richard Hoggart⁷⁴ apresenta uma discussão sobre essa relação de “nós” membros do grupo e “eles” que estão de fora do grupo, no caso abordado por ele: “nós” classe pobre e oprimida e “eles” ricos e governantes, fazendo uma análise da sociedade polarizada da Inglaterra no séc. XIX, entre homens e mulheres proletários e as

⁷² Maria Marlene Faria, entrevista realizada em maio de 2007.

⁷³ Rita dos Santos Alves, entrevista realizada em maio de 2007.

⁷⁴ HOGGART, Richard. As utilizações da cultura. Editorial presença, 1973.

autoridades. É possível fazer um paralelo com esses trabalhadores camelôs e ambulantes da cidade Uberlândia, que também se dividem entre “nós” e “eles”, podemos tecer reflexões importantes.

“Quando se analisam as atitudes das classes proletárias, é costume falar do sentido de grupo, que consiste na convicção, partilhada pelos membros dessas classes, de que cada um deles não é um indivíduo isolado, mas sim um membro de um grupo constituído por indivíduos bastante semelhantes, e pouco sujeitos a diferenciações futuras.”⁷⁵

Esse conceito de classe, de grupo analisado por Hoggart com os proletários na Inglaterra, é muito semelhante com o grupo dos camelôs, porque o sentimento coletivo, o sentimento de grupo está presente na fala deles, e na vida deles, o que podemos perceber através da solidariedade que esses trabalhadores têm entre si.

No contexto que Hoggart analisa, ele saliente que “eles” para aqueles proletários eram as pessoas importantes, as autoridades, os funcionários públicos e a polícia, dessa forma:

“A polícia é sempre alguém que os está a vigiar, um representante da autoridade que os não deixam em paz, e não um membro dos serviços públicos, com a função de ajudar e proteger os cidadãos. A atitude em relação a “eles” nos quais a polícia está incluída, não é de receio, mas antes de desconfiança.”⁷⁶

Nesse trecho, vemos a relação do proletariado para com os servidores públicos e para com a polícia, e ele aponta essas relações como relações de desconfiança, caso também que podemos perceber na relação dos camelôs e ambulantes para com os fiscais e também a polícia.

Primeiro essa relação de desconfiança acontece porque os trabalhadores nas ruas não têm o aval da prefeitura para trabalhar, e pelo contrário são proibidos e perseguidos por estarem nas ruas e nesse caso os funcionários públicos que estão em embate direto com esses trabalhadores são os fiscais da prefeitura, e os policiais que dão escolta a eles para eles poderem cumprir seu trabalho de fiscalização. Mas a tensão que está presente nesse grupo de “nós” e “eles” se explicita também no que Hoggart chama de “insolência dos funcionários públicos” dizendo:

“Os agentes “deles”, que merecem pois a desconfiança, ainda que pareçam bondosos e dispostos a ajudar. Quando tal não é o caso, esses funcionários podem tratar os membros das classes proletárias com a insolência e a

⁷⁵ HOGGART, Richard. As utilizações da cultura. Editorial presença, 1973, p. 97.

⁷⁶ Idem. p. 89.

grosseria característica daqueles a quem é atribuído um mínimo de poder, tornando se assim verdadeiros agentes do inimigo.”⁷⁷

Nesse fragmento podemos perceber uma imensa semelhança com os trabalhadores camelôs e ambulantes de Uberlândia, porque contra eles também acontece abusos de autoridade por parte dos fiscais e da polícia que os acompanham. Numa narrativa feita por Raimundo Neto ele fala a esse respeito:

“Como tem muitos camelôs revoltados com eles (fiscais), prenderam mercadoria algemaram ele (um amigo camelô) no centro, passou por vergonha, levaram preso até o carro dele, porque a mercadoria tava dentro, (...) eu falei com uns fiscais á uns cinco dias atrás, estavam três andando juntos e um policial, que a proteção de vocês é a policia, e nós é Deus.”⁷⁸

Nessa fala de Neto ele nos narra como acontecem tais abusos de autoridade por parte dos fiscais, e a polícia presente é o que garante que os camelôs, que estão em maior número, não se juntem e linchem os fiscais.

Esses abusos de autoridade são históricos como aponta Hoggart, acontecia na Inglaterra, e acontece ainda hoje em Uberlândia. Encontrei uma manchete no Jornal Correio de Uberlândia⁷⁹ que dizia: *“Ambulantes denunciam violência”*, com uma foto de Manoel Serafim com a seguinte legenda: *“Ambulantes do centro da cidade acusam os fiscais da PMU de abuso de autoridade.”* A reportagem dizia o seguinte:

“Vendedores ambulantes da Praça Tubal Vilela dizem que os fiscais são violentos e agressivos e cometem até espancamentos, Irene argumenta que os vendedores não tem outro jeito de ganhar a vida e por isso são tratados como bandidos. ‘já tentei me cadastrar na secretaria competente várias vezes e não consigo.’ Os fiscais velem-se da ajuda da PM (polícia militar) para realizar as apreensões”.

Vemos que as disputas ocorrem a todo o momento em nossa sociedade, mas o “poder quando sobe na cabeça” de um funcionário público torna as disputas se tornam mais agressivas aumentando mais ainda a tensão que existe entre esses trabalhadores e as autoridades, separando cada vez mais os grupos “nós” e “eles”, porque como já vimos o que faz os indivíduos fazerem parte do grupo “nós” são as condições de dominação e opressão que sofrem.

Todos os trabalhadores que se encontram nas mesmas condições d trabalho e opressão geram um sentimento de solidariedade recíproca, tais trabalhadores se

⁷⁷ HOGGART, Richard. As utilizações da cultura. Editorial presença 1973. p. 90.

⁷⁸ Raimundo Vieira de Souza Neto, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁷⁹ Ambulantes denunciam violência. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 21 fev 1995, Nº 16.796

reconhecem dentro do grupo “nós” porque se ajudam reciprocamente, isso está presente na narrativa de todos eles. Dona Nita fala da sua relação com os outros vendedores: *“É boa, é boa não tem assim muita concorrência, não tem muito o que reclamar não. nós ajuda assim, porque as vezes quando o fiscal vem aí avisa agente sai né, corre.”*⁸⁰ O senhor Amâncio também fala dessa relação com os outros trabalhadores que segundo ele é de amizade: *“Uai nós temos amizade né. (...)tem concorrência uai, porque todo comercio tem, se fosse só eu que vendesse eu vendia muito né. Mas nem por isso fica inimigo, nós todos somos unidos.”*⁸¹ Raimundo Neto também fala da amizade que os camelôs tem entre si: *“amigo né, muita amizade, agente é amigo. Ele precisa eu também preciso, um ajuda o outro.”*⁸²

Carlos Antonio explica uma pouco mais como acontece essa amizade e essa reciprocidade entre eles:

*“Bom, todo mundo que, às vezes, por exemplo, um tá aqui aí o outro quer sair pra ir no banheiro, o outro olha a mercadorias, e é muita amizade, nós trabalha mas na base da cooperação um como outro, o fiscal vem um grita... ô fiscal em vem, aí agente tem que correr, cata a mercadoria do outro ajuda a correr também, é boa a relação entre os camelô.”*⁸³

Com essas narrativas podemos pensar sobre como se dão as relações. Além da amizade, tem o que Carlos chama de cooperação, cada um trabalha por si, mas é como se todos trabalhassem juntos como um todo, um monte de engrenagens que faz funcionar a máquina, como numa cooperativa todos trabalham juntos, uns ajudando os outros, buscando o sucesso de todos.

⁸⁰ Nita Rodrigues Dias, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁸¹ Amâncio Martins da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁸² Raimundo de Souza Neto, entrevista realizada em setembro de 2007.

⁸³ Carlos Antonio da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

Capítulo II – Das ruas para os camelódromos:

Dilemas e conflitos

Os trabalhadores que estão nas ruas sofrem as consequências, da normatização da cidade que foi instituída no ano de 1994, com a construção do Camelódromo Municipal e a proibição dos camelôs e vendedores ambulantes utilizarem o espaço público para o seu trabalho.

Camelôs e ambulantes trabalhavam livremente nas ruas e praças de Uberlândia até o início da década de 1980, desde então este trabalho começou a ser restrito na cidade de Uberlândia, ou seja, a prefeitura passou a delimitar os espaços públicos que esses trabalhadores poderiam usar. Quem narra essa passagem é o Sr. Divino Justino, que teve em sua trajetória essas experiências de transitar entre as Praças de Uberlândia, ele diz:

“Quando eu comecei trabalha, a prefeitura liberou a praça Dr. Duarte né, lá perto da Praça Clarimundo Carneiro, aí nos trabalhou, eu mais meus colegas trabalhamos um tempo ali, depois a prefeitura liberou pra nós a praça Tubal Vilela, trabalhamos uns tempo, aí a prefeitura transferiu agente lá pra praça Sergio Pacheco, e da Praça Sergio Pacheco a Prefeitura transferiu agente pra aqui.”⁸⁴

Esse percurso pelo qual o senhor Divino Justino passou, foi o caminho de muitos outros camelôs. A delimitação do espaço no qual eles poderiam ou não trabalhar, não foi harmonioso como parece na narrativa do senhor Justino, foi um período de muita tensão para esses trabalhadores, pois foi aí que a dominação por parte dos governantes se tornou latente, principalmente quando começou a se cogitar a criação do Camelódromo que seria um lugar específico para esse tipo de trabalhador.

Para remontarmos esse passado busquei além das narrativas dos próprios trabalhadores, outras evidências dessas disputas na época. No jornal correio de Uberlândia aparece muitas reportagens no ano de 1995, período que foi construído o Camelódromo Municipal, nas quais é possível perceber a intensa tensão acerca desse novo local, que vai ser construído para alojar os trabalhadores das praças Sergio Pacheco e Oswaldo Cruz.

⁸⁴Divino Justino, entrevista realizada em maio de 2007. Esse “aqui” do qual o senhor Divino, fala se refere ao Camelódromo Municipal onde ele trabalha atualmente.

O jornal Correio do Triângulo mostra a manchete de capa “*camelôs vão sair da Sérgio Pacheco*” ⁸⁵ com uma foto de Beto Oliveira, e na página oito do jornal (caderno de cidades), aparece a manchete: “*Camelôs serão remanejados para área específica*” e a reportagem diz:

*“será construída na av. Floriano Peixoto, próximo ao estádio Juca Ribeiro, ao lado da caixa d’água do DEMAÉ, o local está sendo chamado de Camelódromo, o secretário de planejamento Sérgio Atiê diz que o local tem 570 metros quadrados, será coberto, padronizado, com energia elétrica e dois banheiros.” (...) Os ambulantes deverão sair da Praça Sérgio Pacheco até o dia dois de maio, dia que começará as obras de construção do Terminal Central. O local só terá vendedores credenciados e será excelente para quem trabalha de ambulante. José Luiz camelô da Praça Sérgio Pacheco comentou que para dar certo, os ambulantes da Praça Oswaldo Cruz também tem que ser remanejados, caso contrário não será bom negócio para os ambulantes da Sérgio Pacheco.”*⁸⁶

Nessa edição do Jornal Correio, mostra o projeto visto do lado dos seus idealizadores, diz que será muito bom para os trabalhadores, mas não mostra o que eles próprios estão pensando.

Na quinta-feira, 18 de maio, de 1995 ⁸⁷, uma manchete na página oito (cidades) diz: “*Prefeitura quer mudança dos camelôs até o dia 28*” com uma foto de Beto Oliveira. A reportagem diz:

*“os camelôs que ocupam as Praças Sérgio Pacheco e Oswaldo Cruz, receberam o comunicado dia treze de maio e eles têm até o dia vinte e oito para a transferência. A prefeitura pediu a desocupação, e vai fazer o cadastramento para ver quem tem direito de ir para a área definida (caixa d’água do DEMAÉ).”*⁸⁸

Essa edição do jornal correio, mostra também o projeto da PMU, ou seja, o que a prefeitura deseja que seja feito. Podemos notar um tom de expulsão, os trabalhadores das Praças estão sendo expulsos dos seus locais de trabalho com um prazo imposto, definido pela Prefeitura, e um detalhe não serão todos os trabalhadores dessas Praças que terão direito de trabalhar nesse novo local (o camelódromo).

No dia 31 de maio, quarta-feira de 1995 saiu outra reportagem no jornal Correio do Triângulo com a manchete: “*Prazo dado pela prefeitura Tranqüiliza os*

⁸⁵ Camelôs vão sair da Sérgio Pacheco. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 04 abr 1995, p.01, Ano 57, número 16.832

⁸⁶ Camelôs serão remanejados para área específica. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 04 abr 1995, p.08, Ano 57, número 16.832

⁸⁷ Prefeitura quer mudança dos camelôs até o dia 28. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 18 maio 1995, p.08, Ano 57, número 16.868

⁸⁸ idem

ambulantes”⁸⁹. A reportagem diz que o prazo foi prorrogado para seis de junho e dá mais tempo para a secretaria de trabalho e ação social cadastrar e selecionar os camelôs que serão transferidos. O jornal traz trechos de falas desses trabalhadores. Célio Alan Kardek, camelô da Praça Sergio Pacheco, teria afirmado que é contra a estipulação de três salários mínimos de renda familiar, “*pois aqui só trabalha quem necessita*”. E Regis da Silva, outro camelô, aprovaria a prorrogação do prazo, embora ainda estivesse apreensivo “*Eu ainda não sei se serei excluído ou se conseguirei ficar, tenho dúvidas se farei novas compras.*”

Essa reportagem mostra pensamentos dos trabalhadores da Praça, além da tensão gerada pela imposição da mudança de local de trabalho, ou seja, a retirada dos trabalhadores do espaço público e definição de um novo local para o trabalho e as exigências para o cadastramento, existe outra tensão ainda maior, esse novo local o camelódromo não abriga todos os trabalhadores, muitos deles vão ser retirados do seu local de trabalho e não poderão ir para o camelódromo e aí para onde vão esses trabalhadores? A fala de Regis explicita muito bem isso “*ainda não sei se serei excluído*”. Essa fala mostra a total insegurança que esses trabalhadores vivenciaram nesse período.

Em junho de 1995 aparece outra manchete de capa “*Camelôs resistem em deixar a Praça*”⁹⁰ foto de Manoel Serafin com a legenda: “*Briga para não Sair*”, e na pagina oito (cidades) o título: “*Permanece impasse entre camelôs e prefeitura*”⁹¹. A reportagem, que mostra fotografia de dois entrevistados, feita por Beto Oliveira, diz o seguinte:

“As entidades que representam essa categoria de trabalhadores garantem que os ambulantes só se mudam para o novo local se algumas reivindicações forem atendidas: como a construção de uma cobertura no novo camelódromo, e a manutenção do numero atual de vendedores ambulantes, ‘trabalhamos a mais de dez anos nesse ramo não queremos que nenhum de nós seja excluído’, fala Joel de Oliveira presidente da associação de vendedores ambulantes de Uberlândia. O local (camelódromo Municipal) é sem arborização, com sol intenso, o que danifica as mercadorias. José Pedro Campelo presidente de outra associação da categoria diz que é contra a triagem da prefeitura onde

⁸⁹ Prazo dado pela prefeitura Tranqüiliza os ambulantes. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 31 maio 1995, p.08, Ano 57, numero 16.879

⁹⁰ Camelôs resistem em deixar a Praça. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 08 jun 1995, p.01, Ano57, número 16.886

⁹¹ Permanece impasse entre camelôs e prefeitura. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 08 jun 1995, p.08, Ano57, número 16.886

*permanecerão somente os com mais de quarenta anos, e que não vende importados. 'Essas exigências são absurdas, somos pais de família, essa é a nossa profissão.' Se a prefeitura mantiver o edital eles prometem fazer passeata e uma manifestação.”*⁹²

Essa reportagem mostra o descontentamento dos trabalhadores para com as normas estabelecidas pela Prefeitura e as associações lutam pelos direitos dos trabalhadores, porque como diz José Pedro essa é a profissão deles, se todos esses trabalhadores utilizavam a Praça como local de trabalho, todos têm o direito de continuarem trabalhando, e com condições dignas de sobrevivência.

Em agosto aparece uma manchete de primeira página *“Ambulantes discordam do edital do camelódromo”*⁹³, e na página dez com o título *“Locais de trabalho não agradam os ambulantes”* falando que:

*“o sindicato dos vendedores ambulantes quer saber para onde vão os vendedores que não estão na lista ‘foi uma seleção discriminatória e vamos exigir um local para que os demais possam continuar trabalhando’. Diz Regina Alves membro do sindicato. Iracema Marques da secretaria de trabalho e ação social, diz que na classificação, as pessoas que foram selecionadas, levou-se em conta idade, deficiência física e condição financeira. A secretaria estuda novos pontos de comercialização ‘serão abertos 202 pontos de venda em toda a cidade, até o início do próximo mês devemos cadastrar outros ambulantes’.”*⁹⁴

Essa reportagem mostra que a seleção de que os trabalhadores estavam querendo fugir, reivindicando um local para que todos pudessem trabalhar, acabou acontecendo e segundo eles de forma discriminatória, deixando de lado muitos trabalhadores que estão trabalhando há muitos anos.

Em setembro de 1995, uma nota pequena na primeira página *“Camelôs cobram a definição de um novo espaço para as barracas”*⁹⁵, foto pequena de Manoel Serafin, com a legenda: *“Camelôs da Sergio Pacheco: dias de indefinição”*, na página dez a manchete *“Camelôs pedem local de trabalho”* a reportagem diz que os camelôs têm que se retirar do local para obras do terminal central. Segundo a secretaria municipal setenta e duas pessoas estão sem espaço e o local para as oitenta pessoas selecionadas já está

⁹²Permanece impasse entre camelôs e prefeitura. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 08 jun 1995, p.08, Ano57, número 16.886

⁹³ Ambulantes discordam do edital do camelódromo. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 26 Ago 1995, p.01, Ano57, número 16.954.

⁹⁴Locais de trabalho não agradam os ambulantes. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 26 Ago 1995, p.10, Ano57, número 16.954.

⁹⁵ Camelôs cobram a definição de um novo espaço para as barracas. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 28 Set 1995, p.01, Ano 57, número 16.981.

pronto. A secretaria de espaço e ação social diz: *“O solo público não é propriedade dos ambulantes se eles quiserem jogar uma brita no espaço ao lado da rodoviária e eles podem se mudar.”*⁹⁶ O presidente dos camelôs José Pedro Campelo, descarta a possibilidade porque o local não é propício, Campelo declara que ficaram no local até a última hora e se não houver solução eles passarão para a praça do fórum.

Essa reportagem do dia vinte e oito explicita a completa falta de respeito aos trabalhadores da Praça, onde eles tiram o sustento de suas famílias, dizendo *“o solo público não é propriedades dos ambulantes”*, se não é propriedade deles é propriedade de quem? A praça em princípio é um local público, e público não no sentido que é propriedade da Prefeitura, é público no sentido “de todos”, e porque esse conceito “de todos” está excluindo os trabalhadores?

Em outubro de 1995, uma nota pequena de primeira página diz: *“camelôs temem queda de setenta por cento em suas vendas”*⁹⁷ a lei nº 6.044 de 30 de junho de 1994, determina que eles não podem vender importados e nem bebidas alcoólicas, cigarros, eletrodomésticos e eletrônicos.

Na página nove do mesmo exemplar tem uma foto de Laycer Tomás com a legenda *“nova legislação e novo endereço desagradam os camelôs, nova lei restringe o comércio dos camelôs, que já estão prejudicados por causa da reforma da Praça Sergio Pacheco.”* E a reportagem diz o seguinte:

*“Mudanças não agradam outros comerciantes – A mudança agrediu a imagem da Rodoviária, Rui Carlos Nominato diz ‘a vinda dos camelôs não é bom nem pra eles nem pra nós’ segundo eles os camelôs vão trazer mais marginais para a região, além de causar impacto visual em quem chega na cidade. O terreno não tem infra-estrutura e não tem fluxo de pessoas o camelô Djalma Teixeira diz: ‘não estamos vendendo nada’, não tem banheiro, água, luz e nem cestos para lixo. ‘aqui passaremos fome’ ‘fomos trazidos para cá praticamente forçados’. Nos tiraram de lá com a polícia, não nos deram opção. Já os camelôs que foram levados para o camelódromo dizem que o comércio não está satisfazendo, mas o local está ótimo ‘aqui temos água, luz, banheiros e não temos poeira’ declarou Campelo.”*⁹⁸

O conteúdo dessa reportagem vai além do que foi colocado na primeira página, dizendo que os camelôs temiam a redução das vendas com a nova legislação, dentro do caderno de cidades aparece um novo elemento, a transferência dos trabalhadores que

⁹⁶ Camelôs pedem local de trabalho. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 28 Set 1995, p. 10, Ano 57, número 16.981.

⁹⁷ Camelôs temem queda de setenta por cento em suas vendas. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 20 Out 1995, p. 01, Ano 57, número 16.985

⁹⁸ Idem.

não foram escolhidos para ir para o Camelódromo Municipal, para o terreno ao lado da rodoviária, hipótese que apareceu no jornal correio com uma frase dita por algum membro da secretaria de trabalho e ação social dizendo “*O solo público não é propriedade dos ambulantes se eles quiserem jogar uma brita no espaço ao lado da rodoviária e eles podem se mudar.*” Essa frase além de demarcar que o espaço público não é dos trabalhadores da Praça, passa a imagem de que tudo o que será feito é em comum acordo com os trabalhadores porque se diz “*se eles quiserem*”, mas não foi isso que foi feito como diz o depoimento de Djalma “*fomos trazidos para cá praticamente forçados. Nos tiraram de lá com a polícia, não nos deram opção.*”

Podemos perceber o preconceito por parte dos comerciantes da rodoviária para com esses trabalhadores, “*os camelôs vão trazer mais marginais para a região*”, essa é uma frase totalmente discriminatória e preconceituosa porque esses trabalhadores não mantêm vínculos com a marginalidade. Também nota-se também a preocupação com a estética da cidade, o mesmo “problema” que eles enfrentam estando nas praças públicas. Em um exemplar de novembro de 1995, na primeira página aparece a manchete: “*pirataria ganha espaço no comércio clandestino*”⁹⁹, foto de Manoel Serafin com a legenda “*produtos piratas vendidos por camelôs não oferecem garantia*”. Na página oito “*Produtos falsificados invadem o comércio informal*” a reportagem diz:

*“eletrônicos, fitas cassetes e até roupas. Os produtos “piratas” falsificações grosseiras que chegam ao mercado a preços muito mais baixos que os originais, vem sendo vendidos livremente nas ruas de Uberlândia. Os produtos não oferecem qualquer garantia contra defeitos. E defeitos, aliás, é o que não falta.”*¹⁰⁰

Em todas as reportagens os camelôs aparecem com um tom depreciativo, mas essa reportagem parece querer mudar o foco do assunto em pauta, o conflito desses trabalhadores com o poder público municipal, usando termos agressivos como “*comércio clandestino*”, “*falsificações grosseiras*” e “*defeitos*”, essa reportagem tenta desqualificar totalmente o trabalho do camelô e do vendedor ambulante, generalizando as mercadorias vendidas por eles. Apesar da reportagem não falar explicitamente a palavra camelô nem ambulante, a foto da reportagem mostra uma banca, que é um instrumento de trabalho desses trabalhadores.

⁹⁹ Pirataria ganha espaço no comércio clandestino. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 14 nov 1995, p.01, Ano 57, número 17.021.

¹⁰⁰ Produtos falsificados invadem o comércio informal. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 14 nov 1995, p.08, Ano 57, número 17.021.

Em novembro de 1995, na primeira página tem a manchete “*Camelôs são retirados do centro da cidade: ambulantes resistiram e polícia foi chamada para garantir sua transferência para a Praça da rodoviária*”¹⁰¹, com foto de Laycer Tomaz com a legenda “*A retirada dos ambulantes causou confusão na Praça do Fórum; a PM foi acionada.*”

Na página dez a reportagem intitulada “*confusão marca a retirada dos ambulantes, camelôs se desentendem com a prefeitura e são obrigados a deixar seus locais de trabalho.*” Fala que a resistência á transferência para a praça da rodoviária pautada na seleção feita pela secretaria de trabalho. Segundo Luiz Antonio de Miranda, representantes dos dez ambulantes da Praça Oswaldo Cruz a seleção foi “*puramente política*”. “*Nós estamos aqui a mais de dez anos e nada disso foi levado em conta, lá no camelódromo tem pessoas que nem precisam trabalhar, foi uma decisão apadrinhada politicamente.*”¹⁰²

A retirada dos camelôs das Praças de Uberlândia foi feita de forma gradativa, primeiro a Prefeitura transferiu os trabalhadores da Praça Sergio Pacheco, pois se tinha maior urgência, devido a construção do terminal central e depois foi a vez dos trabalhadores da Praça Oswaldo Cruz, abordada nessa reportagem. Mas um fato em especial me chamou a atenção foi o depoimento de Luiz Antonio de Miranda quando ele fala que a seleção feita pela prefeitura foi “*puramente política*” e “*foi uma decisão apadrinhada politicamente*”. A narrativa do senhor Divino Justino, entrevistado por mim, menciona esse elemento:

*“A prefeitura faz alguma exigência, a prefeitura dá as lojinhas, dizendo que só tem direito nas lojinhas, pessoas idosas, deficientes, é pessoas de cadeira de rodas, pessoas muito pobres, mas não é bem assim a pessoa chega e tem um padrinho, ele amigo do prefeito, amigo de um vereador e tudo, e ele arruma uma lojinha sem essas exigências, sem preencher esses requisitos, ele consegue uma lojinha, tem muitos aqui que conseguiram, então isso não tem nada a ver, mas eles continuam dizendo que ganha mais ponto as pessoas mais velhas né, mais idosas, aí eu no meu caso sou uma dos mais idosos que tem aqui dentro, então eu tenho direito nas lojinhas de graça, mas tem gente aí de 25 anos que ta com lojinha também né, (risos)”*¹⁰³

¹⁰¹ Camelôs são retirados do centro da cidade. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 18 nov 1995, p.01, Ano 57, número 17.025

¹⁰² Confusão marca a retirada dos ambulantes, camelôs se desentendem com a prefeitura e são obrigados a deixar seus locais de trabalho. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 18 nov 1995, p.10, Ano 57, número 17.025

¹⁰³ Divino Justino, entrevista realizada em maio de 2007.

A entrevista com o senhor Divino Justino foi realizada em 2007 e ele fala que tem muita gente apadrinhada dentro do camelódromo, então esse é um fato que aconteceu desde a construção do camelódromo e permanece acontecendo até hoje.

Em dezembro de 1995 a manchete de primeira página “*camelôs estão vendendo oitenta por cento a menos do que no ano passado*”, foto de Manoel Serafim com a legenda “*camelôs se queixam de que a mudança de endereço prejudicou o desempenho nas vendas*”. Afirma que os principais afetados são os que foram transferidos para o terreno ao lado da rodoviária, mas os que estão no camelódromo no centro da cidade também reclamam.¹⁰⁴

Nesses recortes de jornal juntamente com o testemunho dos trabalhadores, podemos verificar a proporção que a dominação política tomou junto a essas pessoas. A dominação e a opressão se tornaram coisas corriqueiras e com o passar do tempo foram banalizadas e esquecidas, pois não se fala da brutalidade com que esses trabalhadores foram expulsos das ruas e praças, afirmando o fato que a História é feita por cima, o que prevalece é sempre a visão dos vencedores e as lutas contra a dominação são esquecidas na memória do povo. Contudo podemos verificar que apesar da dominação e o massacre terem sido concretizados e posteriormente esquecidos, as resistências acontecem ainda hoje, mas com formas surdas, pois o discurso vencedor ainda permanece.

No final desse ano tumultuado para esses trabalhadores, que foram obrigados a deixar o espaço público, nas vésperas de natal, um período de grandes vendas, é feito um balanço e os camelôs sentem as conseqüências da mudança de endereço. Como fala a reportagem, até os trabalhadores que estão no camelódromo reclamam à baixa nas vendas. Aí agente entra num fato comentado pelo seu Divino Justino no camelódromo se vende menos, mas se tem mais conforto:

*“por exemplo, na praça Tubal Vilela, agente vendia muito mais, mas tudo quanto há tem suas vantagens e suas desvantagens, a gente lá não tinha uma loja dessa aqui, na praça Tubal vilela, na praça Sergio Pacheco, chama-se uma banca, todo dia a noite tinha que desmontar a banca, e encaixotar a mercadoria, guardar no carro e levar pra casa, de manha cedo a mesma rotina, trazer de volta e montar tudo de novo. Hoje não, aqui vende menos que na praça Tubal Vilela, só que o conforto é outro, na hora de ir embora é só abaixar a porta, e vai embora, de manha cedo chega abre a loja tá arrumadinho”*¹⁰⁵

¹⁰⁴ Camelôs reclamam de pouco movimento. **Correio do Triângulo**, Uberlândia, 21 dez 1995, p.05, página Economia, Ano 57, número 17.052.

¹⁰⁵ Divino Justino, entrevista realizada em maio de 2007.

No contexto da criação do Camelódromo Municipal houve uma redução nas vendas, mas esses trabalhadores tiveram um conforto maior. No entanto, a história é diferente para os trabalhadores que foram colocados ao lado da Rodoviária em 1995, se vendia menos e não se tinham conforto nenhum. Hoje verificamos uma situação semelhante com os trabalhadores que foram retirados pela segunda vez da Praça Oswaldo Cruz em 2006 (não são necessariamente os mesmos) que foram colocados em um local improvisado novamente vendendo menos e sem conforto nenhum.

Esse impasse que ocorreu no ano de 1995 entre Prefeitura e os camelôs favoreceu outro setor da sociedade, o setor privado. Frente a situação que envolvia o desejo por um local com melhores condições para os trabalhadores, a diminuição do poder de venda e os outros trabalhadores excluídos do novo Camelódromo Municipal, que se encontram em situações piores, sem uma infra-estrutura e sem o mínimo poder de venda, foi criado o Camelódromo Central. Ele foi feito num local privilegiado com um intenso fluxo de pessoas, bem organizado, dividido em boxs, com água, luz e banheiros, o local perfeito para se trabalhar, só que com um aluguel alto.

A maioria dos trabalhadores não permaneceram no local próximo a rodoviária, porque lá era totalmente inviável para eles. Os que tinham condição foram para o Camelódromo Central e os que não tinham como pagar escolheram por se submeter às leis da cidade, ou burlá-las com estratégias para permanecer novamente no espaço público.

Hoje existem muitos camelódromos privados na cidade de Uberlândia, e tais locais não recebem o nome de camelódromo e sim de shopping, como o Shopping Popular na Avenida João Pessoa, o Praça Shopping em frente à Praça Tubal Vilela. Tornou-se um negócio rentável, montar um monte de lojinhas em um local privado e de muito movimento.

A criação do Camelódromo Municipal gerou muitos impasses entre esses trabalhadores, evidenciando as diferenças dos trabalhadores que trabalham nas ruas e os trabalhadores que trabalham no camelódromo, aumentando ainda mais a tensão existente entre eles.

Maria Marlene sempre trabalhou como vendedora ambulante, antes de trabalhar na praça, trabalhava vendendo nas casas (trabalho que hoje se denomina Sacoleira), ela descreve ter tentado se submeter às normas da prefeitura para tentar conseguir “um lugar” que pudesse trabalhar vendendo suas mercadorias “*assim primeiro eu procurei a*

Sueli pra fazer o cadastro pra ver se arrumava um lugar, fiquei esperando mais de ano, aí eu pensei vou ter que montar uma barrquinha lá na praça. ”¹⁰⁶

Nesse momento o único lugar que a Prefeitura tinha normatizado era o Camelódromo Municipal, e Maria Marlene tinha se demonstrado interessada em trabalhar lá, mas a normatização gera uma burocracia onde não basta querer trabalhar conforme as leis, porque não é qualquer um que encontra vaga para trabalhar no Camelódromo Municipal. Segundo a Prefeitura existem prioridades, o próprio trabalhador do local o senhor Divino, nos fala dessa burocracia: *“A prefeitura faz alguma exigência, a prefeitura dá as lojinhas, dizendo que só tem direito nas lojinhas, pessoas idosas, deficientes, é pessoas de cadeira de rodas, pessoas muito pobres.”¹⁰⁷*

Podemos ver que se enquadrar nas leis da Prefeitura é algo muito difícil, Maria Marlene depois de uma espera de mais de um ano resolveu se instalar na praça do fórum, de onde foi expulsa em 2006 pela PMU, que alojou tais trabalhadores nesse lugar precário onde se encontra até hoje. Mostro aqui imagens tiradas da Praça Oswaldo Cruz em setembro de 2005, período em que a Prefeitura retirou de foco a presença desses trabalhadores no espaço público.



Foto 12: Barracas fixas na calçada - Praça Oswaldo Cruz / Uberlândia – MG – Setembro de 2005. Foto de Fábio Luiz Bertolucci.

¹⁰⁶ Maria Marlene Faria, entrevista realizada em maio de 2007.

¹⁰⁷ Divino Justino, entrevista realizada em maio de 2007.



Foto 13: Praça Oswaldo Cruz em Uberlândia, setembro de 2005. Foto de Fabio Luiz Bertolucce

A diferença de estar no camelódromo e estar na rua é vista permanentemente na narrativa desses trabalhadores, os que estão nas ruas relembram quando o espaço público era livre para eles trabalharem, sem fiscalização, mas não querem estar no camelódromo, já os trabalhadores que trabalham nos camelódromos, principalmente no Camelódromo João Naves de Ávila, se referem a trabalhar na Praça Oswaldo Cruz com certo saudosismo e em suas narrativas aparece sempre à referência de que trabalhar na praça era melhor veja o depoimento de Maria Marlene:

“Há no início quando eles passaram aqui pra gente foi muito difícil né, porque lá passava mais gente e aqui não, aqui é bem mais reservado né, e o movimento aqui tá bem parado, tá difícil da gente trabalhar aqui. (...) Lá o movimento era melhor, e agora é uma concorrência muito grande, e agora com essa feira da lua pra cá, atrapalhou bastante as vendas né, aí aqui é meio, assim, nós precisava de um incentivo, melhorar né, mas não tem condições de fazer uma propaganda, entendeu, aí fica meio parado né, não sei se é o local aqui, ou se as vendas que tá difícil né.”¹⁰⁸

Maria Marlene fala de duas situações pela qual passou: trabalhar na Praça Oswaldo Cruz onde ela começou a trabalhar como camelô e posteriormente no local designado pela Prefeitura na Avenida João Naves de Ávila. O “aqui” que ela se refere é

¹⁰⁸ Maria Marlene Faria, entrevista realizada em maio de 2007.

onde atualmente trabalha, e o “lá” que ela também se refere é justamente a Praça em que trabalhou.

Nesse pequeno fragmento de sua entrevista temos uma questão que para ela diferencia um lugar do outro, que é o “movimento”, ou seja, a relação de público e vendas. Segundo ela na praça era muito mais fácil vender, do que nesse camelódromo que ela chama de “*reservado*”, ou seja, “isolado” longe do fluxo de pessoas. “*Reservado*” tem um sentido de privação, esses trabalhadores estão sedo privados dos seus atos e valores de trabalhar na rua.

O que pode ter mudado em relação a organização do trabalho de quando ela trabalhava na praça e agora que trabalha no camelódromo? O poder público interfere diretamente no trabalho dessas pessoas e a partir dessas práticas de dominação é possível perceber mudanças no modo de organização do trabalho. Esses trabalhadores agora sentem a necessidade de chamar a atenção da população que passa pelo centro para que eles entrem no camelódromo, por que não é mais um lugar aberto. Chamar a atenção de clientes para esse novo local é algo um pouco difícil para esses trabalhadores, pois isso é feito com propaganda que é custeada pelos próprios trabalhadores, e mesmo assim não tem muita aceitação entre as pessoas.

E ela reclama também da concorrência que ela tem que enfrentar que é “a Feira da Lua”, feira que vem de Goiânia a cada quinze dias, vendendo roupas populares a preços baixos. Refletindo sobre essa concorrência podemos chegar a outro ponto de análise, porque a Feira da Lua se torna uma grande concorrente? A barraca de dona Maria Marlene estando localizada na Praça, abre possibilidades das pessoas que estão passando olhar, se interessar e comprar as roupas que ela está vendendo, não há uma necessidade das pessoas estarem com intenção de comprar roupas, e nem de irem a um local específico (camelódromo) para comprar roupas. O local que Maria Marlene se encontra trabalhando é um lugar feio e pouco chamativo, se as pessoas tiverem que se deslocar para algum lugar para comprar roupas a preços populares, é mais conveniente ir a Feira da Lua, pois há uma variedade enorme de mercadorias de boa qualidade e de preço baixo, por mais que as roupas que Maria Marlene vende sejam de boa qualidade e também estejam com preço baixo é muito difícil uma pessoa se deslocar para ir a sua banca no camelódromo improvisado para olhar suas mercadorias. Ela relatou como a Prefeitura retirou os trabalhadores da praça, e não deu nenhuma assistência a eles:

*“Montei uma barraca lá na praça depois, daí o prefeito não deixava nós ficar lá, depois ele deu esse local pra nós trabalhar, aí depois de um tempo que a gente veio pra cá, agente conseguiu comprar essa lona, depois, pois a energia que não tinha né, mas isso aí é tudo nos. Porque a prefeitura não dá nenhuma ajuda nós não.”*¹⁰⁹

Na fala dela podemos perceber que todas as melhorias que são feitas para o local são custeadas pelos próprios trabalhadores, pois a prefeitura não está interessada em saber se eles estão bem instalados se estão trabalhando bem, apenas não querem a presença deles no espaço público.

A dona Rita não tem experiência em trabalhar na rua nem em outro camelódromo, e ela descreve como é trabalhar no Camelódromo João Naves de Ávila:

*“A pessoa fala que é fácil, não tá nisso aqui, nesse calorão bravo demais da conta, não tem uma água mais perto, você tem que anda mais longe, não tem um banheiro você tem que anda mais longe, o esforço da gente ficar carregando mercadoria pra lá e pra cá, não é fácil não. (...) Porque agente gasta viaja compra, e às vezes passa semana sem vender um nada, fica só gastando, todo dia 4 reais, 4 reais, e não vende, eu acho que aqui tinha que ter mais melhoria, ou colocar agente num lugar melhor, porque aqui ninguém merece se chove você tem que correr, as lona ta tudo furada começa a pingar pra tudo que é lado, fora que os homens vem aqui de noite faz as necessidade, fuma cachimbo e caga nas barraca tudo.”*¹¹⁰

Dona Rita se sente indignada em trabalhar em um lugar assim, e todos os trabalhadores que estão no camelódromo João Naves de Ávila se sentem indignados pelo descaso por parte dos governantes.

Essas pessoas trabalham em condições precárias da mesma maneira que trabalham os camelôs ambulantes nas ruas, não tem banheiro, água e nem local para guardar as mercadorias. Mas há diferenças substanciais entre esses dois lugares, que são: a legalidade, o publico e as vendas.

Os trabalhadores que estão trabalhando na rua sem o alvará da Prefeitura reclamam da falta de infra-estrutura para o trabalho deles, mas em compensação eles vendem muito mais do que estivessem no Camelódromo Municipal ou qualquer outro, e o que importa para essas pessoas não é o conforto de estar ou não no Camelódromo Municipal e sim o quanto o trabalho deles se tornam mais rentável nas ruas e o quanto seus valores estão sendo afirmados. Pelo contrário não gostariam de estar dentro do camelódromo, porque por mais que seja confortável se vende muito menos, e para a maioria desses pais de família o que importa é o dinheiro que entra para sustentá-la.

¹⁰⁹ Maria Marlene, entrevista realizada em maio de 2007.

¹¹⁰ Rita dos Santos Alves, entrevista realizada em maio de 2007.

O trabalhador Carlos Antonio da Silva que trabalha na Praça Tubal Vilela deixa essa questão bem explícita, pois ele se recusa a se instalar no Camelódromo Municipal ao mesmo tempo em que salienta as dificuldades de trabalhar na rua:

*“A dificuldade é que agente não tem é lugar pra trabalhar, a prefeitura não deixa trabalhar na rua né, daí prende a mercadoria, e o problema da chuva do sol, tem que ficar na rua, aí essa é a dificuldade nossa, não tem um lugar específico pra gente trabalhar, essa é nossa dificuldade.”*¹¹¹

Quando questionado a cerca de porque não trabalha no Camelódromo Municipal ele responde:

*“Mas o problema lá sabe que que é, lá ta contramão, o pessoal desce a Floriano pra baixo, lá em cima não vai ninguém, lá tem muita loja vazia que ninguém quer ir pra lá porque não vende, e camelô nos trabalha aonde tem o povão, onde não tem povão não vende, não adianta botá que não vai trabalha, certo, trabalhar não é na rua, é onde tem fluxo de gente, tiraram nós da Praça do fórum e passaram nós lá pra cima, lá não vai ninguém tá tudo vazia as barracas, faze o que, vem pra rua de novo, esse é o problema não adiante botá o lugar pra gente trabalhar lá que não vende, agente não vai ficar lá.”*¹¹²



Foto 13: O trabalhador Carlos Antônio vendendo o seu artesanato na praça, novembro de 2008. Acervo da Pesquisadora.

¹¹¹ Carlos Antonio da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

¹¹² Idem.

A questão que Carlos enfrenta é que o poder público municipal não permite os trabalhadores de fazer uso do espaço público e o Camelódromo Municipal não é um bom lugar para ele trabalhar porque não tem fluxo de pessoas, então ele se vê sem lugar para trabalhar, e prefere burlar as autoridades legais, permanecendo no espaço público e construir sua estratégia de trabalho e sobrevivência dentro dessa cidade.

No caso dos trabalhadores que estão no Camelódromo João Naves de Ávila, eles também não têm o conforto do Camelódromo Municipal, nem o poder de venda dos trabalhadores que estão na rua. Essas pessoas são as que estão em situação de maior descaso, embora estejam dentro da legalidade junto à Prefeitura, o local é péssimo e desrespeita esse trabalhador, pois, o público e as vendas ficam bastante restritos.

A respeito de trabalhar no Camelódromo Municipal o senhor Divino Justino tem muito a nos falar. A experiência dele no trabalho de camelô é muito grande, como trabalhou em todas as praças e agora se encontra fixo no camelódromo desde sua criação:

“A Prefeitura transferiu agente pra aqui, a gente quando veio pra cá não tinha esse barracão, esse shopping, era só o terreno com as barraquinhas, então agente trabalhava em sistema de vendedor ambulante, de camelô mesmo, porque tinha que montar as barraquinhas, aí depois o Virgílio Galassi resolveu construir esse barracão e dividiu em lojas, então hoje não é..., tem o nome de camelódromo, mas isso aqui é um shopping né, cheio de lojas, aí ficou bem melhor, aí agente ficou fixo, acho que agora agente não muda mais né.”¹¹³

Para o senhor Divino Justino a construção do Camelódromo Municipal, foi muito positiva, pois ficou uma coisa mais organizada, eles não precisam montar uma banca, a lojinha já fica arrumada é só ele abrir a loja. Ele aponta para uma questão, que apesar desse local ter o nome de camelódromo, na verdade é um shopping, para ele foi muito positivo a construção do camelódromo, porque para ele é melhor do que trabalhar na rua tem a legalidade, tem a comodidade, e tem um status melhor do que estar na rua, a organização do camelódromo da um aspecto de shopping, ele inclusive afirma que apesar do nome ser camelódromo o local é um shopping.

Mas o senhor Divino apresenta uma diferença em relação aos outros trabalhadores camelôs, ele é aposentado, e não depende de boas vendas para sustentar a família:

“Mas eu não dependo unicamente da lojinha pra sobreviver, porque eu tenho a aposentadoria, então a lojinha é mais um robe né, pra mim não ficar parado, não ficar sem fazer nada, e ela intera um pouquinho a aposentadoria, com esse dinheirinho agente tem um pouquinho mais de conforto, mas eu não dependo, se eu

¹¹³ Divino Justino, entrevista realizada em maio de 2007.

fechar a loja a aposentadoria me garante, meus filhos já tá tudo casado, já dá conta de vestir as calças sozinho, então eu não preciso de cuidar deles, a aposentadoria me garante, mas eu mantenho a lojinha né.”¹¹⁴

Para o senhor Divino, já um idoso, a lojinha no camelódromo é um negócio bem mais vantajoso, do que trabalhar na Praça, por exemplo, por que ele tem a comodidade e não depende do dinheiro das vendas.

“Diferença entre os camelódromos mais no centro da cidade, também o camelódromo central vende mais, só que lá eles paga mil reais por mês de aluguel. alguma lojinha mais no fundo, mais lonjinha eles pagam 500 600 reais, mas as lojas da frente é mil ou até mais. Aí o que acontece aqui é de graça a prefeitura não cobra aluguel das lojinhas, nós ganhamos as lojinhas, mesmo a gente vendendo menos, a gente fica mais confortável não pagando aluguel.”¹¹⁵

Aqui entra outra questão, os camelódromos privados. O senhor Divino se sente privilegiado por ter o conforto do camelódromo e não ter que pagar por isso, como muitos camelôs pagam no Camelódromo Central. A esse respeito Lordegledévan pode falar, pois já trabalhou em todas as Praças da cidade, no Camelódromo Municipal, e atualmente está no Camelódromo Central, e diz:

“Ah o negócio é o seguinte, pra camelô todo lugar é bom né, desde que se possa trabalhar né, mas o melhor hoje em dia é o camelódromo central, porque ele é central mesmo né, tudo tá aqui no centro mesmo (...) tá melhor né, porque dá pra trabalhar todo dia né, e na rua a prefeitura não deixa você trabalhar todo dia, às vezes cê trabalha um dia e não pode trabalhar no outro dia né.”¹¹⁶

Para Lordegledévan, o Camelódromo Central é a melhor opção, porque é um local onde ele pode trabalhar, tem um aparato legal, e tem boas vendas, para ele não compensa ficar na rua com o risco de ter sua mercadoria apreendida, perguntei a ele se ele não achava ruim de ter que pagar aluguel, ele me respondeu que “hoje não”, porque ele enfrentou bastante dificuldade no começo, até se estabilizar, mas hoje é melhor porque ele tem uma estabilidade, pode trabalhar todos os dias, vende bem, e consegue livrar os mil reais que ele paga de aluguel por mês, além do seu lucro.

As diferenças são muitas de trabalhar no camelódromo e na rua e cada trabalhador, escolhe, ou é obrigado a escolher a opção que se torna melhor para ele no seu ponto de vista, uns acham melhor estar na comodidade do Camelódromo Municipal, não pagando aluguel e dentro da lei, mesmo que as vendas não correspondem às

¹¹⁴ Divino Justino, entrevista realizada em maio de 2007

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Lordegledévan, entrevista realizada em setembro de 2007.

expectativas. Outros não concordam em ter seu poder de venda comprometido, e se sentem no direito de permanecer trabalhando nas ruas, mesmo tendo que correr de fiscais. E para muitos é importante estar dentro da lei, tendo a segurança de que poderá trabalhar todos os dias, e se submetem as imposições da Prefeitura que não garantem a dignidade dos trabalhadores, os colocando em locais inadequados, e insalubres. Que é o caso dos trabalhadores que se encontram no Camelódromo João Naves de Ávila.

Uma questão importante para ser trabalhada é a questão do sentimento de ser camelô, o que os próprios trabalhadores entendem por ser camelô? É um meio de sobrevivência transitório ou é uma profissão? Eles gostam de trabalhar como camelô ou gostariam de trabalhar em empresas com carteira assinada?

Para a maioria deles, ser camelô é uma profissão, é uma escolha particular deles, apesar de ser uma situação social de desemprego que levam esses trabalhadores a escolher esse tipo de trabalho, eles assumem como uma profissão escolhida por eles. Seu divino Justino relata como é a profissão de camelô:

“é ...é assim uma profissão meia comodista, melhor do que trabalhar de pedreiro no sol, trabalhar braçal né, trabalhar na zona rural, corta cana,então é um serviço assim, eu fico assentado né, chega o freguês quer olhar a mercadoria, eu vendo, chega outro freguês quer a mercadoria eu vendo, passo dia sentado ganhando a minha sobrevivência(...) eu tiro um salariozinho razoável, e não tem muito esforço, o dia que eu quero trabalhar eu trabalho, o dia que eu não quero eu fico em casa dormindo, a loja fica fechada, e o dia que eu quero vim pinga um troquinho, então eu me acomodo né,mas há pessoas que tem loja aqui aí ele é obrigado a se esticar, ele é obrigado a vim todo dia, ele não pode falhar é obrigado a abrir a loja 8 horas e fechar as 6, porque? Porque ele não tem a aposentadoria aí sobrevive unicamente da loja aí ela tem que render mais grosso pra ele”¹¹⁷

Seu Divino Justino assume sua profissão de camelô como uma escolha sua, pois é uma profissão que não exige esforço braçal e que se torna cômoda, ele tem a sua liberdade, trabalha pra si mesmo e não tem obrigação com horários. Mas em contrapartida tem pessoas que apesar de terem a mesma liberdade, tem uma responsabilidade maior com o trabalho, sendo este o único meio de renda para sustentar a família. Continua sendo uma profissão cômoda e menos árdua, mas a obrigação com horários tem que ser mantida.

A dona Nita também acha que é uma boa opção de trabalho para quem não tem qualificação porque tem a sua liberdade:

¹¹⁷ Divino Justino, entrevista realizada em maio de 2007.

“eu não tive outra opção de trabalho, não tenho estudo, e pra mim trabalhar em casas essas coisas assim, eu preferi aqui, porque aqui eu paro o dia que eu quero, se eu não quiser vim eu não venho, tem dia que né, qualquer coisa que eu precisar sair eu saio, aí eu fico mais livre né, não é um emprego seguro, mas também não tem assim horários para cumprir, as coisas assim né.”¹¹⁸

Dona Nita prefere trabalhar como camelô porque trabalha para si própria, não tem obrigação com horários, e não é tão pesado como o trabalho de doméstica, com faxinas e etc.

Alguns falam que não gostam, de trabalhar assim, na rua vendendo, ou até mesmo no camelódromo, mas o desemprego e a necessidade levam para esse tipo de trabalho, como é o caso da Rosangela Batista que diz:

“Vou te falar vida de camelo não é fácil, tem que correr atrás de comprar mercadoria, é um desespero danado, é porque a gente não tem outra opção mesmo sabe, cotidiano direto né, os fiscal, quem ta na rua é necessidade, só te falo isso necessidade. (...) desemprego, trabalhar na rua é desemprego. Porque não tem como concorrer, são muitos vestibulandos, com vários currículos dentro das firmas, eles estão preferindo mais os capacitados em estudo do que os mais precisados.”¹¹⁹

Mesmo dizendo que só trabalha na rua por necessidade e desemprego, quando eu questiono se ela preferiria trabalhar de carteira assinada ela respondeu *“depende, depende, aqui eu tenho a minha liberdade.”* Ou seja, o emprego fixo para ela trabalhar teria que compensar em condições de trabalho e salário, ou seja, ser melhor do que estar trabalhando na rua. Não é qualquer emprego que ela gostaria porque, por mais que tenha suas dificuldades de trabalhar, na rua ela tem a “liberdade”.

Outros já vêem o trabalho de camelô como algo transitório, está ali vendendo porque não tem outra opção, não consegue emprego e tem que sustentar sua família, como é o caso do senhor Jeová:

“Bom como eu te falei né eu trabalhei como oficeboy, motorista, e parti agora pra ser camelô, porque pra conseguir emprego ta difícil, já procurei em várias empresas, mas não ta tendo, e o que eu achei no momento foi camelô. vou te falar gostar gostar não, eu queria fazer outra coisa né, mas não tem no momento.”¹²⁰

Jeová deixa bem claro que não vê ser camelô como uma profissão, para ele é apenas uma maneira de sobreviver enquanto não consegue um emprego fixo.

¹¹⁸ Nita Rodrigues Dias, entrevista realizada em setembro de 2007.

¹¹⁹ Rosangela Batista, entrevista realizada em setembro de 2007.

¹²⁰ Jeová Gomes Fernandes, entrevista realizada em maio de 2007

Roberlânio apesar de ter trabalhado como camelô a vida inteira, e ver esse trabalho como um “*dom de Deus*” para vender, ele já quis procurar outra opção:

*“olha gostar propriamente não, mas eu não tenho outra opção não tenho escolaridade, não tenho qualificação, e além disso eu tenho um dom de vender um certo produto, e fica no vício né, eu quis sair uma vez, até fiz curso de vigilante, mas não tinha referência e muitas coisas, e aí resolvi ficar na venda, na área do comércio”*¹²¹

Roberlânio retoma algo que o senhor Divino Justino falou que é a profissão comodista, não faz outra coisa porque não tem qualificação, e é mais fácil ser camelô do que ser trabalhador braçal. Quando ele quis sair do ramo, procurou fazer uma especialização, mesmo assim não encontrou oportunidade pela sua falta de experiência.

O Raimundo Neto, também não quer viver nessa profissão a vida inteira, planejava mudar o seu trabalho para o setor formal quando veio para Uberlândia, não conseguiu, e planeja trabalhar mais um pouco como camelô e voltar para sua terra:

“E eu quero ainda trabalhar na rua uns dois três anos e aí tá bom. acho que eu volto pra minha terra, abro um negócio pra mim, um comérciuzinho pequeno, porque eu acho o seguinte nem pra quem mora aqui não quer esse ramo pra toda a vida, porque pode até ser um meio de sustentabilidade, sustenta sua família criá e tudo mais, mas não perde jamais a sua cultura”.¹²²

Raimundo como vários migrantes do Nordeste, sonha em voltar para a sua terra, por isso ele fala que não perde jamais a sua cultura, ele saiu do nordeste em busca de melhores condições de vida, não encontrou, mas trabalha e ganha seu sustento.

De outro lado Tem o trabalhador Carlos Antônio, que gosta de trabalhar na rua, diz não ter nada do que reclamar a não ser sobre os fiscais, e ele não tem planos para arrumar um emprego, porque se sente feliz trabalhando na Praça, e gostaria de ver seu direito de estar na Praça legitimado. Diz:

*“Adoro, nossa senhora, eu trabalhava de estoquista, trabalhei de sub-gerente de uma loja, larguei pra vim pra rua porque é a melhor coisa que tem é trabalhar na rua.(...) Você não atende um freguês permanente, todo dia atende uma pessoa diferente, todo dia cê tem uma pessoa diferente, uma pessoa de fora, e você tá assim no meio de todo mundo, todo mundo passando, então é bom demais, nossa senhora, eu adoro.(...) Tem gente aqui que às vezes não tem nada pra fazer na praça, vem pra praça pra ficar na praça porque acostumou vim pra praça, não tem outro lugar pra ir, há vou pra praça conversar com o pessoal, aí nos fica desse jeito de boa ficar na rua, certo”*¹²³

Muitos camelôs se sentem camelôs porque escolheu a profissão dentro de suas possibilidades, outros são camelôs porque precisam sobreviver, mas sonham com um

¹²¹ Roberlânio Menezes Ferreira, entrevista realizada em maio de 2007.

¹²² Raimundo Vieira de Souza Neto, entrevista realizada em setembro de 2007.

¹²³ Carlos Antônio da Silva, entrevista realizada em setembro de 2007.

emprego fixo, ainda existem aqueles que gostam de trabalhar na rua, e vêem seus valores e cultura reconhecidos nesse trabalho. Desse modo, não cabe generalizar esse conjunto por esse tipo de classificação que se pauta no gostar ou não.

Mas tem uma situação que torna todos eles iguais estando no Camelódromo Municipal, Central ou nas ruas, que é a discriminação por qual todos passam, nessa atividade, que, aliás, é um trabalho digno, e que não merece esse preconceito. Os camelôs são vistos como algo fora do lugar, um trabalho que não pertence à sociedade, são vistos como pessoas preguiçosas, que tentam ganhar a vida de modos desonestos, porque não pagam impostos para vender suas mercadorias.

Antonio Arantes¹²⁴ escreve a respeito da cidadania e o conceito de pertencimento, que dá para fazermos uma reflexão com o trabalho dos camelôs nas ruas. Arantes fala que a cidadania se refere ao sentimento de pertencer, compartilhar interesses, memórias e experiências com outrem, sentir-se parte de uma ampla coletividade, possuir valores em comum e sentimentos profundos de identificação.

Neste sentido estar na rua trabalhando gera um sentimento de coletividade, memórias, valores, sentimentos e experiências em comum, e, sobretudo o sentimento de pertencimento. Assim, o trabalhador das ruas se reconhece no local onde trabalha, e se reconhece no meio de seus iguais, e ele como cidadão tem o direito de pertencer à cidade.

O poder governamental retira dessa categoria o direito de pertencer à cidade que reconhece como legítimo, são vistos pela classe dominante como “*situados em*” e não “*pertencentes à*” nesse sentido aparece uma diferenciação de pensamentos como diz Arantes:

*“O reconhecimento de que há modos particulares de inserção e de participação nesse todo – (diferenças de classe social, raça, gênero, etnia) e que esses modos diferenciados são, entre si, irredutíveis ainda que mutáveis – traz a tona a tensão entre, por um lado, metas perseguidas pela coletividade política como um todo (o que, para ela, seriam valores e direitos universais) e, por outro, estilos, trajetórias, demandas e possibilidades que são particulares a cada um dos segmentos e categorias sociais que ela abrange.”*¹²⁵

Arantes explicita o conflito existente dentro do conceito de pertencimento, ou seja, a tensão provocada por parte das ações do governo e dos sujeitos que passam a ser

¹²⁴ ARANTES, Antonio. *Desigualdade e diferença*, Paisagens Paulistanas, Campinas, SP: editora da Unicamp, 2000.

¹²⁵ ARANTES, Antonio. *Desigualdade e diferença*, Paisagens Paulistanas, Campinas, SP: editora da Unicamp, 2000, p.135.

privados e excluídos por não terem seus modos de viver, e de trabalhar reconhecidos como sendo uma relação de pertencimento/cidadania.

Os próprios trabalhadores narram a discriminação sofrida por eles, apenas pelo fato de serem diferentes. O senhor Raimundo Neto sofre uma discriminação dupla, primeiro por trabalhar na rua, um tipo de trabalho que não tem nenhum *status*, e depois pelo fato de não pertencer a essa cultura, ou seja, ser de uma região diferente da nossa:

“Hoje todo trabalho de rua tem seu preconceito, principalmente não só o trabalho, mas sim a minha cultura, eu nasci num lugar que não tem nada a ver com Uberlândia, se aqui fala uai lá fala ochente, entendeu, se aqui come pimenta, lá não se come pimenta e sim farinha, então por ser nordestino pra cá, já é um preconceito, imagine ser camelô de rua, que trabalha com mais de mil pessoas por dia, vários tipos de pessoas, então aqui tem também preconceito, não só pelo lugar da onde você veio, mas também porque todo dia você ta lidando com pessoas diferentes.”¹²⁶

Rosângela sente também preconceito de algumas pessoas, por causa do seu tipo de trabalho, trata-se justamente de um conceito prévio quando não é reconhecida como trabalhadora, e diz:

“Discriminação tem sim, existe muito, discriminação é o que mais existe entre nós. De algumas pessoas, mas tem muitas que sabe o que que é camelô, entendeu, agora tem outros que não sabe o que é camelô, julgam que são pessoas más, mas não são, estamos correndo atrás do nosso dinheiro pra gente sobreviver, e as pessoas não entendem esse tipo de coisa, algumas pessoas né, algumas pessoas, não são todas, outras ajudam agente demais, muito, tem cliente meu que compra de mim pra me ajudar, não pela minha mercadoria.”¹²⁷

Nessas duas narrativas, podemos verificar a idéia do “outro” do “diferente” como sendo inferior, ou “o que está fora do lugar” incutido na cabeça das pessoas, que não buscam entender a complexidade das relações que levam esses indivíduos a estarem trabalhado nas ruas.

Um pouco da discriminação que os trabalhadores das ruas sofrem tem a ver com o que eles passam diariamente, eles são vistos pela Prefeitura como “bandidos” que estão subvertendo a ordem pública, porque estão burlando a lei. A PMU contrata fiscais para perseguirem e apreender a mercadoria dos trabalhadores que insistem em permanecer trabalhando no espaço público. A ação da própria Prefeitura por meio dos fiscais legítima, a discriminação por parte das pessoas.

¹²⁶ Raimundo Vieira de Souza Neto, entrevista realizada em setembro de 2007.

¹²⁷ Rosângela Batista, entrevista realizada em setembro de 2007.

*“é preciso reconhecer que as grandes cidades tornam-se, em larga medida, espaços sitiados; mas é tão difícil quanto urgente lutar para que prevaleçam, na construção do espaço público, o respeito e o sentimento de responsabilidade pelo semelhante e pelo diferente. Este é, penso eu, o grande desafio que as fachadas de cristal e o fast-food étnico colocam à vida social, nesse final de milênio.”*¹²⁸

Neto me fala uma pouco como acontece a tensão entre essas duas partes, trabalhadores e fiscais, e como os primeiros se organizam no espaço público no sentido de se proteger dessa lei que os lesa:

*“Tem dia que eles vem a pé, então se você tem 2 mil pessoas no quarteirão desse aí andando, eles estão no meio normalmente como você está vestida agora, normal, quem não conhece eles de longe, só conhece de perto, perdeu mercadoria, tá arriscado a 100% a perder a mercadoria. aí se eles vim a pé a possibilidade deles perder a mercadoria é maior (...), não é todo mundo que conhece eles, porque veja bem a turma aí já tá sendo marcada, eu tava comentando com um colega meu, que eles de besta caí num dia desses fazendo compra aqui no centro de Uberlândia eles como tem muitos camelôs revoltados com eles, prenderam mercadoria algemaram ele no centro, passou por vergonha, levaram preso até o carro dele, porque a mercadoria tava dentro, então porque não vai se revoltar né, a pessoa se revolta então ela quer sempre uma vingança, sempre quer tirara limpo, porque é assim agente trabalha consegue as coisas com suor, e pra eles é como se tivesse roubando né, e agente ganhando porque é o pão de cada dia, então eles vem e prende.”*¹²⁹

Neto fala sobre a possibilidade dos fiscais conseguirem apreender a mercadoria, salientando que o trabalhador tem que conhecer os fiscais para não serem pegos. Se os fiscais estiverem a pé e com roupas normais e o camelô não conhecer o rosto dele, provavelmente ele irá perder sua mercadoria. Hoje em dia eles estão andando de carro, os trabalhadores já sabem disso e geralmente se acomodam próximo a esquinas, porque para correr dos fiscais fica mais fácil. Eles estando de carro, os trabalhadores entram na contra mão e os fiscais não têm como persegui-los.

Ele aborda outro assunto que é a violência com que os fiscais tratam os trabalhadores, como se fossem “bandidos”, o que aumenta ainda mais a tensão, causando uma revolta por parte dos trabalhadores que, segundo ele, pode levar a uma “vingança”, um motim.

A tensão entre essas duas camadas é muito complexa e é uma coisa difícil de amenizar. Os fiscais são como atores dentro de uma conjuntura política maior. Apesar

¹²⁸ ARANTES, Antonio. *Desigualdade e diferença*, Paisagens Paulistanas, Campinas, SP: editora da Unicamp, 2000. p.163.

¹²⁹ Raimundo Vieira de Souza Neto, entrevista realizada em setembro de 2007.

de eles estarem no confronto direto com os trabalhadores, o conflito real é com a Prefeitura que retirou o direito dessas pessoas.

Trabalhar na rua significa montar estratégias de organização do trabalho, levando em conta a experiência específica de cada trabalhador. Raimundo Neto contou um pouco sobre suas experiências em trabalhar nas ruas de Uberlândia:

“Vários policiais há um tempo atrás, há um ano quando eu cheguei aqui ele correu atrás de mim, entendeu, só que não conseguiram alcançar, mas corriam atrás de outros e pegavam, porque na época eu sabia que eles corriam atrás e eu trabalhava com pouca mercadoria, hoje eu trabalho com mais mercadoria porque eu sei que eles correm mas não tanto.”¹³⁰

Essa narrativa descreve uma de suas alternativas para fugir dos fiscais que é trabalhar com pouca mercadoria, porque como eles, juntamente com a polícia, corriam muito atrás dos camelôs, era mais fácil o trabalhador correr para fugir da apreensão se estivesse com pouca mercadoria. Foi isso que salvou o senhor Raimundo Neto de perder as mercadorias. Mas, segundo ele hoje pode trabalhar com mais mercadorias, os fiscais dificilmente correm atrás dos camelôs para apreendê-las.

Nesse momento em que estávamos conversando na praça aconteceu uma fuga de fiscais, um casal de camelôs estava com carrinhos vendendo frutas, próximo a uma esquina, quando o carro dos fiscais passou e eu vi o tumulto. O senhor Neto me explicou que trabalhar na esquina é uma estratégia para o trabalho nas ruas, porque é mais fácil fugir dos fiscais que atualmente só dão ronda em carros,

“Então no caso aí que você viu agora a possibilidade de não perder é grande, e eles correm né, se livram estão em contra mão, aí eles não tem como pegar, mesmo se eles saíssem do carro e corressem atrás o camelô ainda tinha chance porque eles corriam novamente no meio do povo e já tem uma distancia reservada, e a maioria deles não correm.”¹³¹

Estando dentro de um camelódromo a situação é diferente, pois eles estão na legalidade, podem vender suas mercadorias livremente, mas os trabalhadores precisam desenvolver estratégias para driblar as más vendas, Maria Marlene nos faz um relato de uma dessas tentativas:

“Porque a prefeitura não dá nenhuma ajuda pra nós não. De vez em quando agente paga o som, agora nós vai ver se consegue de novo, aí pra isso nós tem que ter uma autorização, uma vez agente colocou o som e chamaram a policia pra nós. (...) porque tudo o que agente faz, se sabe né, o povo nunca está satisfeito com nada né, tava fazendo barulho pra eles, aí é assim bem

¹³⁰ Raimundo Vieira de Souza Neto, entrevista realizada em setembro de 2007.

¹³¹ Idem.

complicado, brasileiro hoje em dia tudo que você vai fazer tá difícil, ainda sempre tem um querendo te derrubar.”¹³²

Maria Marlene mostra-nos um pouco de sua indignação, porque o local que ela trabalha (Camelódromo João Naves de Ávila) é muito parado, a Prefeitura não ajuda, e quando os trabalhadores se juntam para tentar aumentar o movimento fazendo propagandas com som na entrada do camelódromo são impedidos. A própria população tenta barrar o barulho do som chamando a polícia.

No Camelódromo Municipal o senhor Jeová também reclama do movimento ruim e fala que uma possível solução seria investimento em propaganda:

“É aqui é menos divulgado né, nos outros camelódromos lá em baixo é bem divulgado, aqui é bem menos divulgado, aqui é bem isolado mesmo, se tivesse um investimento na área de publicidade, seria melhor aqui pra vendas.”¹³³

Existem muitas diferenças em trabalhar no camelódromo e trabalhar na rua. Já foi bom trabalhar nas ruas ou praças, de acordo com a percepção que eu tive conversando com os trabalhadores mais antigos que tiveram a oportunidade de trabalhar nas ruas quando ainda se podia trabalhar livremente. Quando não existiam camelódromos camelôs e ambulantes eram considerados trabalhadores das ruas, e eles em sua maioria se reconheciam assim.

Mas a partir de 1995 uma lei municipal proíbe esse trabalho, e retira os trabalhadores das ruas (no sentido de pertencentes à rua), e instituem um lugar específico para eles, que são trabalhadores das ruas e não podem mais trabalhar nelas. Os governantes retiram o direito deles pertencerem ao espaço público, direito esse que eles reivindicam e buscam até hoje, não se deixando submeter às imposições da classe dominante, isso é uma forma de “resistência surda” que eu tentei dar voz nesse trabalho.

¹³² Maria Marlene Faria, entrevista realizada em maio de 2007.

¹³³ Jeová Gomes Fernandes, entrevista realizada em maio de 2007.

Considerações finais

Nesse trabalho eu tentei refletir sobre a vida desses trabalhadores, camelôs e ambulantes, como um grupo de trabalhadores que sofrem dominação e opressão por parte dos governantes e sofrem também discriminação por parte dos “outros” da sociedade, e mesmo assim desenvolve formas de resistência dentro dessa sociedade burguesa e opressora.

Trabalhar com a vida e o trabalho desse grupo de trabalhadores não foi uma tarefa fácil, mas, no entanto eu considero que consegui trazer a realidade deles, seus viveres e experiências através de suas memórias, para o meu trabalho. Memórias essas que não podem se perder no esquecimento, saliento ainda que são fundamentalmente as memórias que remontam o passado de lutas e as resistências das camadas silenciadas e vencidas.

Embora muitas dessas disputas que foram vencidas, ainda estejam vivas na vida e na memória de muitas pessoas, a história oficial dos vencedores as mascara. E são essas disputas que o historiador tem que trazer a tona para não se perder na memória.

Ao final desse trabalho ainda sinto uma sensação de incompletude, porque esse trabalho trouxe reflexões muito latentes ainda, e que não puderam ser exploradas nesse trabalho, um pouco pela extensão que ficaria o trabalho se eu fosse abordar tudo o que gostaria ou tudo o que é pertinente de ser refletido através das entrevistas, ou até mesmo porque o tempo também é escasso no final de um curso de graduação. Mas eu me contento com a idéia de que a História é feita de escolhas. E eu quero continuar a fazer escolhas para me aprofundar nesse tema que eu sinto que ainda tem muito a ser pensado e discutido, até mesmo porque me apaixonei pela linha de trabalho e movimentos sociais, que para mim é o que nos faz sentir parte atuante na História.

Fontes:

1- Entrevistas realizadas em Uberlândia-MG, com trabalhadores Camelôs e Ambulantes no período de 08/05/2007 á 25/09/2007:

Sr. Amâncio Martins da Silva é vendedor ambulante de Uberlândia, ele tem 78 anos, e vende carteiras e cintos nas ruas, ou melhor, em um quarteirão específico na Avenida Afonso Pena, que é entre as ruas Quintino Bocaiúva e Tenente Virmondes há oito anos, mora no bairro Brasil, e não é natural aqui de Uberlândia embora tenha vindo pra cá há 44 anos. A entrevista foi realizada em setembro de 2007.

Sr. Carlos Antônio da Silva, é um vendedor ambulante de 47 anos que trabalha nas ruas há dezoito anos, e mora no bairro Jardim Brasília, é natural de Uberlândia, e vende artesanato na Praça Tubal Vilela, e faz algumas viagens para vender em outras cidades. Entrevista realizada em setembro de 2007.

Sr. Divino Justino, tem 79 anos. Trabalha no camelódromo Municipal Odelmo Leão Carneiro, e trabalha como camelô desde 1968, atualmente vende importados, armarinhos, já trabalhou em todas as praças de Uberlândia e agora se fixou no camelódromo, Ele é natural de São João B. da Glória em Minas Gerais, e mora no bairro Luizote de Freitas I. A entrevista foi realizada em maio de 2007.

Sr. Jeová Gomes Fernandes tem 35 anos, é natural de São Simão e em Uberlândia mora no jardim Brasília, e trabalha há apenas três meses no Camelódromo Municipal. Entrevista realizada em maio de 2007.

Sr. Lordegledévan tem 39 anos, é camelo desde criança e atualmente trabalha no Camelódromo Central e mora no bairro São Jorge, não é natural de Uberlândia, mas veio para essa cidade bem jovem. Entrevista realizada em maio de 2007.

Sra. Maria Marlene Faria, tem 38 anos, é natural do Rio Grande do Norte, chegou em Uberlândia em 1987, mora no bairro São Lucas, a atualmente está trabalhando no Camelódromo João Naves de Ávila. Entrevista realizada em maio de 2007.

Sra. Nita Rodrigues Dias, 57 anos, é vendedora ambulante a mais ou menos oito anos, vende capinhas de controle remoto para TV, vídeo, etc., e mora no Bairro Jardim

patricia em Uberlândia, mas é natural do norte de Minas, fica sempre na Avenida Afonso Pena entre as Ruas Coronel Antonio Alves e Quintino Bocaiúva. Entrevista realizada em setembro de 2007.

Sr. Raimundo Vieira de Souza Neto é vendedor ambulante e tem 25 anos, é camelô desde os 15 anos, atualmente vende artigos de couro cintos carteiras, e trabalha aqui em Uberlândia há cinco anos, é natural da Paraíba e aqui em Uberlândia mora no Bairro Martins, ele anda pela Avenida Afonso Pena, e quando se fixa, fica sempre na Avenida Afonso Pena entre as ruas Quintino Bocaiúva e Tenente Virmondes. Entrevista realizada em setembro 2007.

Sra. Rita dos Santos Alves, 52 anos, trabalha como camelô há dois meses, no Camelódromo na João Naves de Ávila recentemente improvisado pela prefeitura, muito precário e insalubre, é natural do Rio Grande do Norte, mas tem 35 anos que mora em Uberlândia e reside do bairro Jardim América. Entrevista realizada em maio de 2007.

Sr. Roberlânio Menezes Ferreira 39 anos, é natural de Juazeiro do Norte, no ceará, e mora atualmente em Ceilândia cidade satélite próximo á Brasília, montou sua estratégia de sendo camelô viajante, fica de 10 a 20 dias numa cidade divulgando sua mercadoria. Entrevista realizada em maio de 2007.

Sra. Rosangela Batista, 47 anos, é trabalhadora das ruas, tem 47 anos, e cinco anos que é vendedora ambulante de meias, mora na Rua Mato Grosso, bem próximo do lugar que trabalha, monta sua banca na Avenida Floriano Peixoto entre as Ruas Duque de Caxias e a Machado de Assis. Entrevista realizada em setembro de 2007.

Periódicos:

Jornais:

Jornal Correio de Uberlândia do período de dezembro de 1994 a dezembro de 1995.
Disponível para consulta no Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Sites:

Prefeitura Municipal de Uberlândia: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/pmu>>

Jornal Correio de Uberlândia: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/pmu>>

Fotografias:

Produzidas por mim em novembro de 2008, e por Fábio Luiz Bertolucci em 2005.

Bibliografia

- ARANTES, Antonio. *Paisagens Paulistanas*. São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2000.
- BERTOLUCE, Fábio Luis. *Da cocada ao tênis Nike: um breve perfil da informalidade no núcleo central da cidade de Uberlândia*. Uberlândia. 2005.
- FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular. *História & perspectivas*, n.6, Uberlândia, Jan/Jun1992.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 4ª edição, 2000.
- HOGGART, Richard. As utilizações da cultura. Coleção questões: Editorial Presença:1973.
- KHOURY, Yara Maria Aun *et al.*: *A pesquisa em história*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MORAES, Paulo Sergio. Modos de vida e relações de convivência: Trajetórias e vivência de carroceiros na cidade de Uberlândia (1980/2000). *História & perspectivas*, n.27e 28, Uberlândia, Jul/Dez.2002 Jan/Jun.2003.
- PAOLI, Maria Célia. *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do patrimônio histórico, 1992
- PERES, Maria Gisele. *Para além das fronteiras: culturas e experiências de trabalhadores latino-americanos*, Uberlândia, 1990/2007. Dissertação de Mestrado, UFU, 2008.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os Fatos: narração e interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. *Tempo, Revista do departamento de História da UFF*, v.1, n.2, Rio de Janeiro, Dez1996.
- ¹ PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: Desafios da história oral para a ideologia do século XXI. .
- SAMUEL, Raphael. Historia oral história local. *Revista Brasileira de História*, v.9,n.19, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, set/1989/fev/1990.
- SARLO, Beatriz. *Tempo presente*; notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de janeiro: José Olimpio, 2004.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.